Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

Data: 29 de abril de 2022
Horário: 16h00

29 de março de 2022

Este manual destina-se a auxiliar o acionista, o investidor e o mercado em geral com a descrição das informações da Assembleia Geral Ordinária, aplicáveis na data de edição aqui destacada

WDC NETWORKS

Divulgação dos documentos conforme Instrução
CVM nº 481/09

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA 4
1. CONVITE 5
2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 6
3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 7
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 14
ANEXO A: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 19
ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (SEÇÃO 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA) 23
ANEXO C: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 107
ANEXO D: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 199
ANEXO E: REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEÇÃO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA) 201
ANEXO F: ANEXO 9-1-II DA ICVM 481 246

1. MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar a sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO" e "Manual e Proposta", respectivamente) da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") a ser realizada em 29 de abril de 2022, às 16h00.

Este documento, que contém informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas e orientações para o exercício do direito de voto na AGO, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecerem, participarem e expressarem suas opiniões na AGO.

André Luiz Sandoval Valente
Diretor de Relações com Investidores da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

1. CONVITE

Senhoras e Senhores Acionistas,

A administração da Companhia vem por meio desta convidar V.Sas. a participarem e expressarem suas opiniões na AGO convocada para às 16h00 do dia 29 de abril de 2022.

A Companhia realizará a AGO de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*", sem a possibilidade de comparecimento físico. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em www.tenmeetings.com.br e estarão descritas ao longo do presente Manual e Proposta. Para todos os fins legais, a AGO será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 4º, III, §3º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481").

Havendo quórum, a AGO será realizada, em primeira convocação, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

(1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;

(2) Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(3) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Administração da Livetech da Bahia Indústira e Comércio S.A.

2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Edital de Convocação da AGO, que consta do **Anexo A** deste Manual e Proposta, será publicado nas edições de 29 de março de 2022, 30 de março de 2022 e 31 de março de 2022, do jornal "A Tarde Salvador".

Para a instalação da AGO, será necessária a presença de acionistas que representem, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia.

Caso o quórum de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da AGO em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na AGO dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

Conforme determinado pela ICVM 481), encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (ri.wdcnet.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br), o presente Manual e Proposta, o boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGO, especificamente: o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei das Sociedades por Ações; (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, 7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive): (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações abaixo, e de acordo com o previsto na ICVM 481.

A participação do acionista ou de seu procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações) poderá ser de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico, ou por meio dos mecanismos de votação a distância (boletim de voto).

4.1 Participação virtual pessoalmente ou representado por procurador

Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do *link*: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=FAAA4ED3C396, impreterivelmente em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 27 de abril de 2022 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e fornecimento de todos os documentos indicados neste Manual e Proposta, conforme aplicável. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGO por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

O pedido de participação do acionista na AGO deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	x

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem ser representados em AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado ou, ainda, por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da AGO.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=FAAA4ED3C396. Após receber e-mail de confirmação de cadastro, o procurador, deverá, através do link enviado para o e-mail informado, indicar cada acionista que irá representar e anexar os documentos pertinentes, nos termos acima mencionados. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se

necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na AGO pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia 27 de abril de 2022 (inclusive).

Exclusivamente com a finalidade de facilitar e agilizar os trabalhos da AGO, a Companhia pede aos acionistas (ou seus respectivos procuradores, conforme o caso) que solicitarem sua participação virtual (e que não tenham enviado o Boletim de Voto) que enviem digitalmente, juntamente com sua solicitação e os documentos necessários para participação virtual, suas manifestações de voto no *link* disponibilizado acima. O envio prévio das manifestações de voto não dispensa o acionista de efetivamente participar virtualmente da AGO, ou seja, o acionista deverá se conectar, registrar sua presença e emitir seu voto através da plataforma eletrônica para que os mesmos sejam devidamente considerados.

A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGO será a plataforma do *Ten Meetings*. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em https://home.tenmeetings.com.br/].

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma *Ten Meetings*, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma *Ten Meetings* com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da ICVM 481, a Companhia informa que gravará a AGO, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a plataforma para participar e, conforme o caso, votar na AGO. O acesso à AGO não será permitido após o início dos trabalhos.

Por meio da plataforma *Ten Meetings*, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGO.

Para acessar a plataforma, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1Mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a plataforma.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma digital até às 11h00 do dia 28 de abril de 2022, deverá entrar em contato através do e-mail ri@wdcnet.com.br, até no máximo às 18h00 do dia 28 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso.

Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes. Ressaltamos, contudo, que os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os acionistas que participarem da AGO via plataforma, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGO e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da ICVM 481.

4.2 Participação por mecanismo de voto a distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da AGO mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância.

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo 21-F da ICVM 481, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da AGO. O modelo para preenchimento foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia

(https://ri.wdcnet.com.br/informacoes-financeiras/documentos-entregues-a-cvm/).

Assim, o acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

4.2.1 Mediante envio do Boletim de Voto a Distância preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de relações com investidores da Companhia

(https://ri.wdcnet.com.br/), área de "Informações Financeiras", aba "Documentos Entregues à CVM", ano 2022, acessar a pasta "Assembleias", imprimir o "Boletim de Voto", preenchê-los, rubricar todas as páginas e assiná-lo. A Companhia permitirá a assinatura digital ou eletrônica dos Boletins de Voto.

Na sequência, deverão encaminhar, em formato digital, para o endereço eletrônico ri@wdcnet.com.br, os seguintes documentos:

- cópia digitalizada do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia digitalizada dos documentos indicados na tabela acima para participação do acionista na AGO.

A Companhia dispensará o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notarização e consularização ou apostilamento, conforme o caso, daqueles assinados fora do país. No entanto, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

Com a finalidade de facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará a apresentação da via original do Boletim de Voto e de cópias autenticadas dos documentos solicitados acima. Os acionistas deverão encaminhar o Boletim de Voto e cópia dos demais documentos indicados acima, em formato digital, em até 7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive), no seguinte endereço eletrônico: ri@wdcnet.com.br

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias digitalizadas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto[1], a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

4.2.2 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Bradesco S.A., na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – i.e., junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") – e que optar por exercer o seu direito de voto à

[1] O acionista deverá indicar o seu e-mail de contato no Boletim de Voto (campo: "E-mail").

distância por intermédio do prestador de serviço de escrituração das ações de emissão de nossa Companhia, o Banco Bradesco S.A., deverá enviar as instruções de voto em qualquer agência do Banco Bradesco S.A. dentro do território nacional. Esclarecimentos acerca dos procedimentos requisitos aplicáveis poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
A/C: Carlos Augusto Dias Pereira
E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br
Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara Osasco, SP, CEP: 06029900
Tel: 0800 701 16 164.2.3.

4.2.3. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("Agentes de Custódia") na B3.

Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à central depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da ICVM 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto para seus agentes de custódia até 7 (sete) dias de antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até 22 de abril de 2022 (inclusive),

salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que, caso seu respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim de Voto e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 4.2.1 e 4.2.2, acima. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

4.3. Conflito de interesses

Os acionistas que possuírem eventual conflito de interesses em relação aos temas trazidos à deliberação da AGO ou que tenham sua independência comprometida deverão comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. De igual modo, os acionistas presentes que tiverem ciência de conflito de interesse de outro acionista deverão manifestar-se.

Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da AGO deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA 29 DE ABRIL DE 2022, ÀS 16H00

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia vem, por meio da presente, apresentar aos Senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária convocada para às 16h00 do dia 29 de abril de 2022, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico:

A Proposta ora apresentada visa:

(1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Propomos que sejam aprovados o Relatório da Administração, as contas dos administradores, e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos Anexos B, C e D, descritos abaixo.

Em atendimento ao artigo 9, inciso III da ICVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Seção 10 do Formulário de Referência - Comentários dos Diretores) se encontram no Anexo B deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao artigo 9, inciso IV da ICVM 481, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 se encontra no Anexo C deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao parágrafo único do artigo 9º, inciso III da ICVM 481, o relatório anual resumido do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia

referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 se encontra no Anexo D deste Manual e Proposta.

(2) Com base na proposta apresentada pela administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia apurou lucro líquido de R$ 72.453.532,97 (setenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme evidenciado na demonstração de resultado divulgado ao mercado. Assim, a administração da Companhia propõe que o lucro líquido apurado no exercício de 2021, seja destinado da seguinte forma:

(a) Reserva Legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 37, alínea (a), do Estatuto Social da Companhia, o montante de R$ 3.622.676,65 (três milhões, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, deverá ser aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

(b) Reserva de Subvenção para Investimento

Nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 37, alínea (c), do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe destinar o montante de R$ 23.824.730,37 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta reais e trinta e sete centavos) à constituição da reserva de subvenção para investimento (reserva de incentivos fiscais).

(c) Dividendos

Nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e da alínea (f) artigo 37, alínea (f), do Estatuto Social, a administração da Companhia propõe destinar o montante de R$ 11.251.531,49 (onze milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos) aos acionistas, a título de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

A distribuição de dividendos proposta equivale ao valor de R$ 0,1740024516005374 por ação ordinária em circulação. Caso aprovada a proposta:

- Data de Corte: farão jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 29 de abril de 2022.
- Negociação "Ex-direito": a partir de 30 de abril de 2022 as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos dividendos.
- Data de Pagamento: o pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da AGO, podendo o prazo para pagamento ser prorrogado até o fim do exercício social de 2022. A data de pagamento será informada por meio de aviso aos acionistas.

(d) Reserva de Retenção de Lucros

Por fim, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 37, alínea (d) do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe destinar o saldo remanescente, no valor de R$ 33.754.594,46 (trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), para a composição da reserva de retenção de lucros.

Resumo

De modo a facilitar a análise pelos acionistas, a tabela abaixo apresenta um resumo da proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021, descrita detalhadamente nos itens 2(a), 2(b), 2(c) e 2(d) acima:

	R$
ORIGEM	
Lucro líquido do exercício	72.453.532,97
DESTINAÇÃO	
Reserva legal	3.622.676,65
Reserva de subvenção para investimento	23.824.730,37
Dividendos Mínimos Obrigatórios	11.251.531,49
Reserva de retenção de lucros	33.754.594,46

As informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da ICVM 481 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo F** a este Manual e Proposta.

(3) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Propomos a remuneração global anual dos Administradores no valor total de até R$ 11.282.240,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta reais).

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração alocar a remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

Temos a convicção que a proposta de remuneração para o exercício social de 2022 está alinhada com o desempenho operacional de longo prazo da empresa, e faz jus a capacidade técnica e dedicação dos seus membros.

De acordo com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Portanto, tais encargos não foram considerados para fins da proposta de remuneração global dos administradores ora submetida.

Em atendimento ao artigo 12 da ICVM 481, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia se encontram no Anexo E desta Proposta da Administração.

(4) Instalação do Conselho Fiscal

Apesar de não constar na ordem do dia da AGO, a lei faculta aos acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000 ("ICVM 324"). Até a presente data, a Administração não recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal e recomenda o voto pela não solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria Estatutário já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, de forma que a instalação do Conselho Fiscal resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Por exigência legal, o Boletim de Voto contém a seguinte pergunta simples:

> "*Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76?*
>
> *[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se*"

A Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, conforme permitido nos termos da ICVM 481. Caso a Companhia receba indicações de candidatos ao Conselho Fiscal feitas por acionistas até 04 de abril de 2022,

ou seja, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, nos termos da ICVM 481, o Boletim de Voto poderá ser reapresentado para inclusão dos candidatos.

Em não havendo candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, os acionistas que optarem pelo voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria AGO, bem como de participar da eleição, caso acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto, sugerimos que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem "abster-se", de forma que suas ações não sejam computadas para fins de requerimento de instalação do Conselho Fiscal.

O OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a AGO, chama a atenção para a possibilidade de acionistas alcançarem o quórum para a instalação do Conselho Fiscal, caso em que, uma vez instalado o conselho, a eleição de membros torna-se obrigatória. Conforme recomendado no Ofício em apreço, a fim viabilizar a eleição, orientamos os acionistas no sentido de estarem preparados para este cenário na AGO.

São Paulo, 29 de março de 2022.

A Administração
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

ANEXO A: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ/ME nº 05.917.486/0001-40

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os Senhores Acionistas da **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16h00, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

A. Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;

B. Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

C. Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Informações Gerais:

A. Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei n.º 6.404, de 15 de

dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, 7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o **dia 22 de abril de 2022 (inclusive)**: (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, e de acordo com o previsto na Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481").

B. **A Companhia realizará a AGO de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico.** Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em www.tenmeetings.com.br e estão descritas no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. Para todos os fins legais, a presente assembleia será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 4º, III, §3º, da ICVM 481.

C. Nos termos do artigo 5º, §3º, ICVM 481, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio }do *link*: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=FAAA4ED3C396, impreterivelmente em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia **27 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos previstos neste Edital e indicados no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. **Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGO por meio da plataforma digital**. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

D. O pedido de participação do acionista na AGO deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X

Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	x

E. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma "*Ten Meetings*" com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

F. Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124, e do parágrafo 5º do artigo 133, todos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 9 da ICVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.wdcnet.com.br/); (iii) website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/).

G. O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na AGO (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para envio do Boletim de Voto à Distância)

encontram-se no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia.

Ilhéus, 29 de março de 2022.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (SEÇÃO 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards, ou IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

As informações constantes nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e traduzem a visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019; e (ii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, as informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Todas as informações apresentadas nesta seção foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Conforme é de conhecimento público, a declaração da pandemia de COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

Na China, algumas medidas radicais foram tomadas, como, dentre outros: (i) isolamento imediato do epicentro da doença no país (Wuhan); (ii) suspensão dos serviços de transporte pessoal dentro de condomínios e universidades; (iii) proibição da entrada de não condôminos em conjuntos habitacionais; (iv) suspensão e/ou redução dos serviços de entrega; (v) controle rigoroso de entrada e saída nos aeroportos e portos do país. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo localidades em que a Companhia atua, seguiram providências similares, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social.

No entanto, as medidas acima não causaram impactos negativos relevantes na evolução financeira, patrimonial e de resultados da Companhia durante os exercícios sociais de 2021 e 2020.

O exercício de 2021 refletiu com sucesso a estratégia da Companhia iniciada em 2013 que focou no crescimento através da modalidade de TaaS ("Technology as a Service"), efetuando contratos de locação de longo prazo (prazo médio de vigência é de 46 meses) junto aos clientes, garantindo receitas recorrentes (com periodicidade de pagamento mensal), e apresentando baixo nível de cancelamentos ((em 2021: 0,56% e em 2020: 0,36% de nossos contratos foram cancelados). Esta modalidade apresenta benefícios tanto para a Companhia quanto para seus clientes; entretanto, demanda contínua atividade de investimento em ativos imobilizados dedicados a tais contratos, tendo alcançado R$ 225.150 mil em 2021. Para contribuir para o financiamento desta atividade, a Companhia recorre rotineiramente a instituições financeiras.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), disponíveis no website da Companhia (https://ri.wdcnet.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros.

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, a Companhia apresentou alto e constante patamar de crescimento de receita tendo apresentado um CAGR19-21 de 45,1% da sua Receita Líquida. Este crescimento foi acompanhado de aumentos também significativos em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado (CAGR19-21 de 32,4%), e o contas a receber líquidas do ativo circulante e não circulante (CAGR19-21 de 45,1%).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R$ 360.052 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 28.228 mil e investimentos de curto prazo de R$ 4.130 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Líquida da Companhia foi de R$ 327.694 o que equivalia a 2,68x o EBITDA Ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, por sua vez, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R$ 510.459 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$37.785 mil e investimentos de curto prazo de R$ 52.046 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida da Companhia foi de R$ 420.627 mil, o que equivalia a 1,82x do EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap

cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R$ 589.638 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 38.465 mil e investimentos de curto prazo de R$ 298.522 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Líquida da Companhia foi de R$ 252.651 mil o que equivalia a 0,91 x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, foi de 1,51, 1,02, e 1,17 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019 foi de 1,07, 0,71, e 0,58 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento bruto e líquido. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão da Dívida Bruta, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019 o índice de endividamento bruto foi de 0,94, 3,93, e 4,85 respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência, divido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, o índice de endividamento líquido foi de 0,40, 3,24, e 4,42 respectivamente.. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2021:

(em R$ milhares, exceto %)	Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro		
	2021	2020	2019 (reapresentado)
Liquidez Corrente[1]	1,51	1,02	1,17
Liquidez Seca[2]	1,07	0,71	0,58
Índice de Endividamento Bruto sobre PL [3]	0,93	3,93	4,85
Índice de Endividamento Líquido sobre PL [4]	0,40	3,24	4,42
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA [5]	2,16	2,32	3,04
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado[6]	0,90	1,82	2,68

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques divididos pelo passivo circulante.

(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido

(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

(5) O índice de Dívida bruta sobre o EBITDA correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo

EBITDA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 (UDM) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.

(6) O índice de Dívida líquida sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, e dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 (UDM) e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2021	2020	2019 (reapresentado)	2021 x 2020	2020 x 2019
Receita líquida	1.066.582	718.045	506.575	48,50%	41,70%
Lucro bruto	294.860	238.998	133.648	23,30%	78,80%
Lucro líquido	72.454	70.587	19.977	2,60%	253,30%
Margem Lucro Líquido	6,80%	9,80%	3,90%	*-3,1 p.p*	*5,9 p.p*
Lucro Líquido Ajustado[1]	76.715	78.331	22.602	-2,00%	246,50%
Margem Lucro Líquido Ajustado [2]	7,20%	10,90%	4,50%	-3,8 p.p	6,5 p.p
EBITDA Ajustado [3]	**278.338**	**231.445**	**122.261**	20,20%	89,30%
Margem EBITDA Ajustada [4]	**26,10%**	**32,20%**	**24,10%**	*-6,2 p.p*	*8,1 p.p*

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2021	2020	2019 (reapresentado)	2021 x 2020	2020 x 2019
(+) Empréstimos e Financiamentos	596.536	524.669	357.688	13,70%	46,70%
Circulante	326.680	195.861	117.718	66,80%	66,40%
Não Circulante	269.856	328.808	239.969	17,90%	37,00%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	-	0,00%	0,00%
(+) Duplicatas Descontadas	-	-	-	0,00%	0,00%
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos líquidos	-8.396	-14.210	2.365	-40,90%	-700,80%
Dívida Bruta [1]	**589.638**	**510.459**	**360.052**	15,50%	41,70%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-38.465	-37.785	-28.228	1,80%	33,90%
(-) Investimento de curto prazo	-298.522	-52.046	-4.130	473,60%	1160,20%
Dívida Líquida [2]	**252.651**	**420.628**	**327.694**	39,90%	28,40%

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$ 74.211 mil, correspondendo a um aumento de 25,7%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R$ 59.032 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 decorreu da existência de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não distribuído de R$ 15.179 mil (lucro líquido de R$ 19.977 mil descontado de distribuição de dividendos de R$ 4.798 mil).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$ 129.959 mil, correspondendo a um aumento de 75,1%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R$ 74.211 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 decorreu da existência de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não distribuído de R$ 55.681 mil (lucro líquido de R$ 70.587 mil descontado de distribuição de dividendos de R$ 14.906 mil).

*Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$ 629.470 mil, correspondendo a um aumento de 384,4%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R$ 129.959 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 decorreu do aumento do reserva de capital em função do ágio na subscrição de ações no montante de R$ 226.632 e também do aumento no Capital Social, também decorrente da oferta pública de ações, no montante de R$ 226.632, descontados os Gastos com emissões de ações no montante de R$ 15.707.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019 (reapresentado)	
	(em R$ milhares)	%	(em R$ milhares)	%	(em R$ milhares)	%
Capital próprio [1]	629.470	42,2%	129.959	14,3%	74.211	12,1%
Capital de terceiros [2]	862.366	57,8%	781.351	85,7%	541.544	87,9%
Capital Total [3]	1.491.836	100,0%	911.310	100,0%	615.755	100,0 %

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

A estrutura de capital da Companhia (capital próprio e capital de terceiro) se manteve em constante aumento ao longo dos últimos três exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2020, o capital total da Companhia era composto de 14,3% de capital próprio e 85,7% de capital de terceiros. O aumento da preponderância do capital de terceiros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2020 em comparação com os dois últimos exercícios sociais anteriores decorre dos empréstimos contraídos pela Companhia, em linha com a condução normal dos negócios considerando a estratégia de crescimento da Companhia implementada nos últimos anos através do modelo TaaS – Technology as a Service, o qual a Companhia efetua o investimento /capex em equipamentos que são cedidos a clientes em contratos de locação de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, o capital total havia aumentado 63,7% em relação a 31 de dezembro de 2020 que se justifica tanto pelo aumento do capital próprio em função da emissão de novas ações (Capital Social e Reserva de Capital) quanto pelo aumento do capital de terceiros em função do maior nível de endividamento bruto da Companhia mesmo motivo mencionando anteriormente (i.e. investimentos e crescimento da modalidade de venda TaaS).

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto o índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de 1,17. Em 31 de dezembro 2020 a Companhia apresentou um índice de liquidez geral de 0,67 (0,66, em 31 de dezembro de 2019) mantendo-se estável durante todo o período, o que evidencia a capacidade de controle da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, 64,4% ou R$328.808 mil da nossa Dívida Bruta era de longo prazo (66,6% referentes a 31 de dezembro de 2019) e 35,6% ou R$195.861 mil era de curto prazo (33,4% referentes a 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2021, 45,8% ou R$ 269.856 mil da nossa Dívida Bruta era de longo prazo e 54,2% ou R$319.782 mil era de curto prazo.

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – Technology as a Service que, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 591.856 mil e, em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 407.264 mil (R$ 270.945 mil referentes a 31 de dezembro de 2019).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, vide item 10.1 (i) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R$ 596.536 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R$ 251.153 mil, em 31 de dezembro de 2021, e R$420.628 mil, em 31 de dezembro de 2020, (R$327.694 mil em 31 de dezembro de 2019).

Os Diretores da Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R$524.669 mil, correspondendo a uma variação de 46,7% em comparação com o saldo de R$357.687 mil reportado em 31 de dezembro de 2019. O saldo das dívidas em moeda estrangeira (11,2% do total da dívida bruta da Companhia) possui proteção integral à exposição cambial, de acordo com instrumentos financeiros de swap contratados junto às mesmas instituições que celebraram tais contratos de empréstimos. As dívidas que não estão indexadas ao CDI, possuem característica pré-fixada (4,2% do total), ou indexadas ao IPCA (7,7% do total).

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A composição consolidada dos financiamentos e empréstimos da Companhia junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar).**Empresa**	**Credor**	**Contrato**	**Moeda**	**Taxas de juros**	**Garantia**	**Vencimento**	**Principal**	**Juros**	**Saldo em 31/12/2021 (em R$ mil)**
Livetech	ABC Brasil	4740217	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	2.074	18	2.092
Livetech	ABC Brasil	4956618	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	794	7	801
Livetech	ABC Brasil	5537219	R$	3,2% a.a + CDI	Aval/Duplicata	09/2022	1.002	9	1.011

Livetech	ABC Brasil	18365014719	EUR	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	08/2022	8.130	3.386	11.515
Livetech	ABC Brasil	65002321	EUR	3,65% a.a + CDI	Duplicata	02/2024	12.967		12.584
Livetech	ABC Brasil	65012521	EUR	3,2% a.a + CDI	Duplicata	07/2024	19.999	482	20.481
Livetech	Banco do Brasil	333602663	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata/Imóvel	05/2022	5.000	58	5.058
Livetech	Banco do Brasil	333602689	R$	2,985% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	02/2022	1.333	14	1.348
Livetech	Banco do Brasil	333602853	R$	3,59% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	10/2024	26.310		26.310
Livetech	BBM Bocom	602410	R$	3,9% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	11/2023	7.667	14	7.681
Livetech	BBM Bocom	602201	R$	4,5% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	03/2024	11.250	64	11.314

Livetech	BBM Bocom	56827	USD	2,98% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	11.250	1.250	12.500
Livetech	Bradesco	11721015 22	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	05/2024	40.000	2.507	42.507
Livetech	Bradesco	9039453 LVTC21	R$	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	29.167	122	29.289
Livetech	BTG	CCB 99 e 103/19 190607	R$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	54.938	51	54.989
Livetech	BTG	CCB 880/20	R$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	24.000	22	24.022
Livetech	BTG	CCB 283/21	R$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	20.000	18	20.018
Livetech	BTG	NP 80/19	R$	2,45% a.a. + CDI	Duplicata	01/2022	58.000	3.429	61.429
Livetech	Caixa	2533377 3700000 03-61	R$	2,43% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	02/2023	10.606	14	10.620

Livetech	Caixa	25.3337.767.0000067-79	R$	0,18% a.m. + CDI	Duplicata	06/2024	24.000	73	24.073
Livetech	CCB	1298893	R$	4,3% a.a + CDI	Duplicata	09/2023	11.667	30	11.697
Livetech	CCB	1300995	R$	2,5% a.a + CDI	Duplicata	04/2024	13.000	257	13.257
Livetech	Citi	82694504	USD	CDI + Libor	Aval/Duplicata	10/2022	10.065	3.421	13.486
Livetech	Citi	44588652	R$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	17.402	34	17.437
Livetech	Citi	446810	R$	3,00% a.a. + CDI	Duplicata	02/2025	20.767	87	20.854
Livetech	Itaú Asset	9039453 LVTC21	R$	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2024	38.889	163	39.052
Livetech	Itaú Unibanco	9039453 LVTC11	R$	1,50% a.a + CDI	Aval/Duplicata	11/2022	16.204	68	16.271

Livetech	Santander	270057819	R$	2,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	03/2022	2.000	19	2.019
Livetech	Santander	1023959	R$	10,56% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	03/2023	12.097	-	12.097
Livetech	Votorantim	10211070	R$	2,7% a.a + CDI	Duplicata	02/2022	645	3	648
Livetech	Votorantim	10226572	R$	5,6% a.a + CDI	Duplicata	05/2023	10.909	102	11.011
Livetech	Votorantim	10232357	R$	4,0% a.a + CDI	Duplicata	03/2024	15.000	44	15.044
Livetech	Votorantim	10254789	USD	3,65% a.a. + CDI	Duplicata	04/2025	32.667	493	33.160
Livetech	Votorantim	10262810	USD	3,82% a.a. + CDI	Duplicata	04/2025	10.000	861	10.861
Total									596.536

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham sobre garantias reais de hipoteca sobre imóvel onde está localizada a unidade fabril de Ilhéus/BA, e tal hipoteca inclui benfeitorias, máquinas, entre outros, que estiverem acrescidas aos referidos imóveis. Adicionalmente, nossos acionistas Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sérgio Day de Toledo outorgaram garantias fidejussórias de aval e fiança pessoal em alguns dos contratos financeiros da Companhia.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Seguem abaixo relação dos contratos financeiros que possuem cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração de controle acionário da Companhia atualmente vigentes:

Escritura de 1a (Primeira) Emissão de Debêntures N. 9039453	Emissora: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Contrato de Financiamento de Importação de Bens FI-65.0147/19	Cedente e Devedora Fiduciária: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Banco Emissor/Credor: Banco ABC Brasil S.A. - Cayman Islands Branch
Contrato de Swap de Fluxo de Caixa (Fluxo Não Constante) no. 6100619	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Banco: Banco ABC Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 4740217	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco ABC Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 4956618	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco ABC Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 5537219	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco ABC Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 333.602.689	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco do Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 333.602.663	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco do Brasil S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 602.201	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Banco: Banco BOCOM BBM S.A
Cédula de Crédito Bancário No. 602.410	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Banco: Banco BOCOM BBM S.A
Loan Agreement	Borrower: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Lender: BBM Bank Limited
Cédula de Crédito Bancário - No, 25.3337.737.0000003-61	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credora: Caixa Econômica Federal
Cédula de Crédito Bancário No. 1298893	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: China Construction Bank

Cédula de Crédito Bancário No. 1023959	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch
Cédula de Crédito Bancário No. 4120446	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Santander (Brasil) S.A., Cayman Branch
Cédula de Crédito Bancário No. 1004702	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch
Cédula de Crédito Bancário No. 10211070	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Votorantim S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 10226572	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Votorantim S.A.
Cédula de Crédito Bancário No. 10211070	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Votorantim S.A.
Loan Agreement	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Bradesco Europa S.A.
Loan Agreement	Emitente: Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A Credor: Banco Votorantim S.A.

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestral e anualmente, conforme descritos a seguir:

(i) Citibank, N.A.

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Debêntures 1ª Emissão

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,25 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Banco do Brasil (contrato 333.602.663)

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, todos os índices financeiros descritos acima foram cumpridos. A tabela abaixo indica a evolução destes índices nas dadas mencionadas:

Indicadores	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida / EBITDA	0,9	1,8	2,7
EBITDA / Resultado Financeiro Líquido	6,8	6,9	3,6

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020 (reapresentado)	2021 x 2020

		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Receita líquida	**1.066.582**	**100,00%**	**718.045**	**100,00%**	**48,50%**
Custos das vendas e serviços	-771.722	-72,30%	-479.047	-66,70%	61,00%
Lucro Bruto	**294.860**	**27,60%**	**238.998**	**33,20%**	**23,30%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com Pessoal	-58.808	-5,50%	-53.022	-7,30%	10,90%
Despesas Comerciais	-72.340	-6,70%	-41.415	-5,70%	74,60%
Despesas Gerais e Administrativas	-27.817	-2,60%	-15.569	-2,10%	78,60%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-1.396	-0,10%	-5.698	-0,70%	-75,50%
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	**134.499**	**12,60%**	**123.294**	**17,10%**	**9,00%**
Receitas Financeiras	94.847	8,80%	51.302	7,10%	84,80%
Despesas Financeiras	-135.039	-12,60%	-83.316	-11,60%	62,00%
Resultado Financeiro	-40.193	-3,70%	-32.014	-4,40%	25,50%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.306	8,80%	91.280	12,70%	3,30%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-21.133	-1,90%	-13.736	-1,90%	53,80%

Imposto de renda e contribuição social diferido	578	0,00%	3.408	0,40%	-83,00%
Imposto de renda e contribuição social líquido	-20.555	-1,90%	-10.328	-1,40%	99,00%
Lucro líquido do período	**73.751**	**6,90%**	**80.952**	**11,20%**	**-8,80%**

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R$ 1.066.582 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$348.537mil ou 48,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$718.045mil. Este aumento é atribuído principalmente ao segmento Corporativo que apresentou crescimento de R$285.714 mil ou 103,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a nossa unidade de negócios de energia solar estava sendo criada e ainda não tinha contribuição relevante para o Total.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita líquida por segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2021 X 2020
	2021		2020 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV (%)	(em R$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	503.501	47,2%	440.677	61,4%	14,3%
Corporativo	563.082	52,8%	277.368	38,6%	103,0%
Total - Receita Líquida	**1.066.582**	**100,0%**	**718.045**	**100,0%**	**48,5%**

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R$503.501 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$62.823 mil ou 14,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$440.677 mil. Essa variação decorreu do aumento de demanda observado e como consequência do aumento do número de clientes únicos atendidos (de 6.081 clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para 11.043 clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021), especialmente em função da criação de área dedicada ao atendimento às grandes operadoras de telecom e agora na BU Solar.

A Receita Líquida do segmento Corporativo totalizou R$563.082 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$285.7144 mil ou 103,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$277.368 mil. Esse aumento decorreu principalmente a unidade de negócios solar que apresentou um aumento de Receita Líquida de R$232.041 mil e devido a retomada de eventos na dentro da BU Enterprise que apresentou um aumento de R$ 53.673 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Custo das vendas e serviços

O custo das vendas e serviços aumentou R$ 292.675 mil, ou 61,1%, passando de R$ 479.047 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R$ 771.722 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a: (i) um aumento de R$241.684 mil no custo dos produtos vendidos como resultado de um aumento do volume de vendas no período, em linha com o aumento de receita líquida da Companhia; e (ii) um aumento de R$ 43.609 mil nos custos de depreciação. Deste aumento total, R$ 34.382 mil foram atribuíveis ao segmento de Telecom e R$ 9.229 mil foram atribuíveis ao segmento Corporativo, conforme refletido na tabela abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021		2020		Variação
	(R$ mil)	AV(%)	(R$ mil)	AV(%)	(%)
Telecom.....	(326.791)	40,0%	(270.133)	60,0%	21,0%

Corporativo	(444.931)	60,0%	(208.914)	40,0 %	113,0%
Custos de Vendas e Serviços.....	**(771.722)**	**100,0%**	**(479.047)**	**100,0 %**	**61,0%**

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom aumentaram R$ 56.658 mil, ou 21,0%, passando de R$ 270.133 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R$ 326.791 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas da Companhia e pelo aumento na depreciação com o TaaS.e está em linha com o aumento na receita líquida do segmento de Telecom. Não houve um impacto significativo nos custos como resultado da pandemia do COVID-19.

Segmento Corporativo

O custo das vendas e serviços de segmento Corporativo aumentou R$ 236.017 mil, ou 113,0%, passando de R$ 208.914 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R$ 444.931 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas da BU Solar e está em linha com o aumento na receita líquida do segmento Corporativo. Não houve um impacto significativo nos custos como resultado da pandemia do COVID-19.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R$ 294.860 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 55.862 mil ou 23,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 238.998 mil. Essa variação pode ser explicada pelos fatores mencionados acima.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	2021 X 2020

Lucro Bruto por segmento	2021		2020 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV(%)	(em R$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	176.710	60,0%	170.443	70,0%	3,68%
Corporativo	118.151	40,0%	68.555	30,0%	72,34%
Total - Lucro Bruto	**294.860**	**100,0%**	**238.998**	**100,0%**	**23,37%**

O Lucro Bruto do segmento de Telecom totalizou R$176.710 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$6.267 mil ou 3,68%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$170.443 mil. Essa variação decorreu do aumento do volume de negócios e serviços vendidos no segmento de Telecom conforme mencionado anteriormente.

O Lucro Bruto do segmento Corporativo totalizou R$118.151 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$49.595 mil ou 72,34%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$68.555 mil. Esse aumento decorreu do aumento do volume de serviços prestados na unidade de negócios Solar conforme mencionado anteriormente.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R$ 58.808 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 5.787 mil ou 10,9%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R$ 53.022 mil. Esse aumento é devido principalmente ao aumento de quadro de pessoal para suportar o tamanho atual da Companhia, principalmente para reforçarmos nossa área da BU Solar.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$ 72.340 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 30.925 mil ou 74,7%% quando

comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R$41.415 mil. Esse aumento pode ser explicado principalmente por: (i) aumento nas despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa que totalizaram R$ 25.949 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 11.274 mil ou 76,8% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R$ 14.675 mil. Esse aumento foi concentrado nos clientes do segmento de áudio e vídeo profissional que foram adversamente impactados em função da pandemia; (ii) aumento nas despesas com Representação Comercial que totalizaram R$ 19.500 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 13.083 mil ou 203,9% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de setembro de 2020, quando totalizaram R$ 6.417 mil, as quais estão associadas a um aumento nas atividades de negócios

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R$27.817 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$12.248 mil ou 78,7%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R$15.569 mil. Esse aumento decorreu principalmente das despesas incorridas em razão do processo de (IPO) da Companhia e publicações atreladas as divulgações de resultados da companhia, representando um aumento de 258,7%% ou R$ 15.374 mil em de em serviços prestados por pessoas jurídicas, passando de R$ 5.943 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R$ 31.318 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R$ 1.396 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição nas despesas de R$ 4.303 mil ou 75,5%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram uma despesa de R$ 5.698 mil. Essa melhora é função da exclusão do crédito de ICMS na base de PIS/COFINS.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$134.499 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 11.205 mil ou 9,1%, quando

comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 123.294 mil.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou uma despesa financeira de R$ 40.193 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 8.179 mil ou 25,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou despesa de R$ 32.014 mil. Tal variação ocorreu devido a: (i) instrumentos financeiros derivativos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R$20.468 mil; (ii) pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures de R$10.281 mil; e (iii) variação cambial líquida sobre o ativo de estoque em trânsito e adiantamento a fornecedores mais o passivo de fornecedores que representaram um impacto negativo de R$ 9.169 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi parcialmente compensado por efeito positivo ocasionado por instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados pela Companhia para proteger variações cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R$ 16.941 mil e Rendimentos de investimentos de curto prazo (vencimento de títulos que foram re-investido) de R$10.926 mil.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$ 94.306 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 3.026 mil ou 3,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R$ 91.280 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou R$ 21.852 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 1.159 mil ou 5,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 20.693 mil. Esse aumento decorreu pelo aumento do lucro tributável do período tendo menor impacto dado ao resultado financeiro.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$ 72.454 mil, representando um aumento de R$ 1.867 mil ou 2,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 70.587 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Receita líquida	**718.045**	100,0%	506.575	100,0%	41,7%
Custos das vendas e serviços	-479.047	-66,7%	-372.927	-73,6%	28,5%
Lucro Bruto	**238.998**	**33,3%**	**133.648**	**26,4%**	**78,8%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com Pessoal	-53.023	-7,4%	-35.052	-6,9%	51,3%
Despesas Comerciais	-41.415	-5,8%	-27.091	-5,3%	52,9%
Despesas Gerais e Administrativas	-15.567	-2,2%	-13.271	-2,6%	17,3%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-5.698	-0,8%	-5.238	-1,0%	8,8%

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	123.295	17,2%	52.996	10,5%	132,6%
Receitas Financeiras	51.301	7,1%	15.326	3,0%	234,7%
Despesas Financeiras	-83.316	-11,6%	-47.875	-9,5%	74,0%
Resultado Financeiro	-32.015	-4,5%	-32.549	-6,4%	-1,6%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.280	12,7%	20.447	4,0%	346,4%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-26.314	-3,7%	-1.857	-0,4%	1317,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.621	0,8%	1.387	0,3%	305,3%
Imposto de renda e contribuição social	-20.693	-2,9%	-470	-0,1%	4302,8%
Lucro líquido do exercício	70.587	9,8%	19.977	3,9%	253,3%

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R$ 718.045 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 211.470 mil ou 41,7%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 506.575 mil. A unidade de negócios de Telecom representou R$ 122.255 mil desse aumento, enquanto a unidade Corporativa representou R$ 89.215 mil, comparando exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita líquida por segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2020 X 2019
	2020		2019 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV (%)	(em R$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	440.677	61,4%	318.422	62,9%	38,4%
Corporativo	277.368	38,6%	188.153	37,1%	47,4%
Total - Receita Líquida	**718.045**	100,0%	**506.575**	100,0%	**41,7%**

A receita líquida do segmento de Telecom totalizou R$440.677 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$122.255 mil ou 38,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$318.422 mil. Esse aumento decorreu de (i) aumento de vendas totais de locação (VGV) através do modelo de negócio TaaS (*Technology as a Service*) devido a uma maior aderência e aceitação do modelo para os novos e antigos clientes da Companhia, o que gerou um aumento de receita líquida de R$ 44.139 mil; (ii) aumento de R$ 78.116 mil em receita de vendas de produtos decorrente da maior demanda por conectividade e serviços on-line devido à aceleração da digitalização das rotinas empresariais e residenciais, englobando também o aumento do trabalho em regime de home-office impulsionado pela pandemia de COVID-19.

A receita líquida do segmento de corporativo totalizou R$277.368 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$89.215 mil ou 47,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$188.153 mil. Esse aumento decorreu principalmente de aumento de receita de vendas de produtos impulsionado pelo início das vendas de produtos de geração de energia fotovoltaica solar em 2020, representando um impacto de R$ 64.244 mil na receita líquida, e aumento das vendas dos demais produtos desse segmento, representando um impacto de R$ 24.971 mil na receita líquida.

Custos das vendas e serviços

Os custos das vendas e serviços da Companhia totalizaram R$479.047 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$106.120 mil ou 28,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$372.927 mil. Esse aumento decorreu, principalmente do aumento de R$84.298 mil em custo de mercadorias vendidas decorrente do aumento do volume de produtos comercializados, em linha com o aumento da nossa receita líquida.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2020		2019		Variação
	(R$ milhares)	AV (%)	(R$ milhares)	AV (%)	(%)
Telecom.....	(270.234)	56,4%	(210.789)	56,5%	28,2%
Corporativo	(208.813)	43,6%	(162.138)	43,5%	28,8%
Custos de Vendas e Serviços.....	**(479.047)**	**100,0%**	**(372.927)**	**100,0%**	**28,5%**

No segmento de Telecom os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 270.234 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 28,2% quando comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o qual totalizou R$ 210.789 mil. O aumento está em linha com o crescimento da receita líquida, o qual teve uma variação positiva de 38,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Não houve impacto significativo nos custos decorrentes da pandemia.

No segmento Corporativo os custos das vendas e serviços totalizaram R$ 208.813 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 28,8% quando comparado com no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o qual totalizou R$ 162.138 mil. O crescimento da receita líquida teve uma variação positiva de 47,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, fato esse que demonstra uma melhora de margens nas vendas realizadas. Não houve impacto significativo nos custos decorrentes da pandemia.

Lucro bruto

Devido aos fatores acima, o lucro bruto da Companhia totalizou R$238.998 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$105.350 mil ou 78,8%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$133.648 mil.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2020 X 2019
	2020		2019 (reapresentado)		
	(em R$ milhares)	AV(%)	(em R$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	170.443	71,3%	107.633	80,5%	58,4%
Corporativo	68.555	28,7%	26.015	19,5%	163,5%
Total - Lucro Bruto	**238.998**	100,0%	**133.648**	100,0%	**78,8%**

O Lucro Bruto do segmento de Telecom totalizou R$170.443 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$62.810 mil ou 58,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$107.633 mil.

O Lucro Bruto do segmento Corporativo totalizou R$68.555 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$42.540 mil ou 163,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$26.015 mil.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R$53.023 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$17.971 mil ou 51,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$35.052 mil. Esse aumento decorreu principalmente (i) do aumento de R$ 11.424 mil em despesas relacionadas ao aumento das remunerações variáveis de executivos; (ii) e o restante em função da remuneração variável das equipes de vendas que possuem certa proporcionalidade em relação às vendas da Companhia e despesas relacionadas ao fortalecimento das equipes de vendas, visando suportar a estratégia de crescimento estabelecida pela Companhia.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R$41.415 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$14.324 mil ou 52,9%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$27.091 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido a: (i) maiores gastos com fretes e transportes, representando crescimento de R$7.318 mil ou 78,8% comparando com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes principalmente do início das operações da unidade de negócio de energia solar tendo em vista que o custo médio de frete e transporte dos produtos relacionados a essa operação é mais (produtos de alta volumetria e peso); (ii) maiores provisões de crédito de liquidação duvidosa, representando crescimento de R$ 9.063 mil, decorrentes de postergações de datas de pagamentos a clientes que tiveram suas operações impactadas pela pandemia de COVID-19; e (iii) maiores despesas com representação comercial (integradores e revendas) com montante R$2.763 mil devido à maior demanda por projetos que são realizados por essa modalidade de negociação. Esse aumento foi parcialmente compensado por economias de despesas com viagens e eventos de marketing, representando R$ 5.273 mil, devido à nova dinâmica de interação empresária durante a pandemia de COVID-19.

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas e gerais da Companhia totalizaram R$15.567 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$2.296 mil ou 17,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando

totalizaram R$13.271 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido a maiores despesas de depreciação, representando R$ 4.133 mil, alinhado com o aumento da estrutura operacional e administrativa da Companhia, incluindo o aluguel de nova instalação em Extrema/MG.

Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram R$5.698 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$460 mil ou 8,8%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$5.238 mil. Essa variação pode ser explicada por uma diminuição nas despesas de conservação e reparo, representando R$ 213 mil; aumento de outras despesas, representando R$ 359 mil, parcialmente compensado por um aumento de despesas de consumo, representando R$314 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$123.295 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$70.299 mil ou 132,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$52.996 mil. No segmento de Telecom o total foi de R$112.486 mil e no segmento Corporativo foi de R$10.809 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A expansão se justifica principalmente pelo crescimento da receita líquida, conforme demonstrado.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa de R$32.015 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$ 534 mil ou 1,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou despesa de R$32.549 mil. Tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) efeito positivo ocasionado por instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados pela Companhia para proteger variações cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R$15.954 mil; e (ii) efeito positivo ocasionado por variação cambial líquida sobre o ativo de estoque em trânsito e adiantamento a fornecedores e o passivo de fornecedores de R$11.324 mil devido à depreciação do Real frente a outras moedas; e

(iii) juros sobre o investimento de R$3.811 mil devido ao aumento dos investimentos no período (R$4.130 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$52.046 mil em 31 de dezembro de 2020). Esse aumento foi parcialmente compensado por (i) maiores despesas com juros sobre empréstimos financiamentos e debêntures de R$26.182 mil principalmente devido ao aumento da dívida bruta no período (R$360.052 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$510.459 mil em 31 de dezembro de 2020); e (ii) efeito negativo de R$4.148 mil ocasionado pela incidência de despesas de comissionamento de avais sobre empréstimos e financiamentos iniciados a partir de janeiro de 2020, conforme transação com partes relacionadas descrita no item 16.2 deste formulário de referência.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R$91.280 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$70.833 mil ou 346,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R$20.447 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou R$20.693 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$20.223 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$470 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento do lucro tributável do período.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores acima, o lucro líquido do exercício da Companhia totalizou R$70.587 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$50.610 mil ou 253,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$19.977 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

(Em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021		Em 31 de dezembro de 2020		2021 x 2020
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	38.465	2,6%	37.785	4,1%	1,8%
Investimentos de curto prazo	298.522	20,0%	52.046	5,7%	473,6%
Contas a receber, líquidas	163.719	11,0%	162.581	17,8%	0,7%
Impostos a recuperar	49.010	3,3%	22.762	2,5%	115,3%
Instrumentos financeiros derivativos	6.480	0,4%	8.088	0,9%	-19,9%
Estoques	259.361	17,4%	138.780	15,2%	86,9%
Adiantamentos a fornecedores	73.721	4,9%	34.927	3,8%	111,1%
Despesas Antecipadas	1.113	0,1%	183	0,0%	508,2%
Total do ativo circulante	**890.391**	**59,7%**	**457.152**	**50,2%**	**94,8%**
Contas a receber, líquidas	95.691	6,4%	43.590	4,8%	119,5%
Depósitos judiciais	109	0,0%	-	-	100%
Instrumentos financeiros derivativos	9.091	0,6%	6.122	0,7%	48,5%
Impostos diferidos	17.496	1,2%	15.231	1,7%	14,9%
Ativo de direito de uso	3.001	0,2%	5.313	0,6%	-43,5%
Imobilizado, líquido	419.205	28,1%	345.930	38,0%	21,2%

Intangível, líquido	56.852	3,8%	37.972	4,2%	49,7%
Total do ativo não circulante	**601.445**	**40,3%**	**454.158**	**49,8%**	**32,4%**
Total do ativo	**1.491.836**	**100,0%**	**911.310**	**100,0%**	**63,7%**

PASSIVO

(Em R$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2021		Em 31 de dezembro de 2020		2021 x 2020
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	199.444	13,4%	149.074	16,4%	33,8%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	8.318	0,6%	24.269	2,7%	-65,7%
Impostos a recolher	2.050	0,1%	8.907	1,0%	-77,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	326.680	21,9%	195.861	21,5%	66,8%
Dividendos a pagar	11.252	0,8%	15.006	1,6%%	-25,0%
Instrumentos financeiros derivativos	7.175	0,5%	-	0,0%	100,0%
Arrendamentos mercantis	2.228	0,1%	2.650	0,3%	-15,9%
Partes relacionadas	232	0,0%	309	0,0%	-25,0%

Outras obrigações	33.488	2,2%	45.225	5,0%	-26,0%
Receita diferida	437	0,0%	7.545	0,8%	-94,2%
Total do passivo circulante	**591.304**	**39,6%**	**448.846**	**49,3%**	**31,7%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	269.856	18,1%	328.808	36,1%	-17,9%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Provisões demandas judiciais	362	0,0%	479	0,1%	-24,5%
Receita diferida	0	0,0%	437	0,0%	-100,0%
Arrendamentos mercantis	844	0,1%	2.781	0,3%	-69,6%
Total do passivo não circulante	**271.062**	**18,17%**	**332.505**	**36,5%**	**-18,5%**
Capital Social	297.591	19,9%	86.666	9,5%	243,4%
Reservas de Capital	236.632	15,9%	10.000	1,1%	2266,3%
Reservas de lucro	94.427	6,3%	33.225	3,6%	184,2%
Prejuízo Acumulado	0	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes	820	0,1%	68	0,0%	1110,7%

Total do patrimônio líquido	629.470	42,2%	129.959	14,3%	384,4%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.491.836	100,0%	911.310	100,0%	63,7%

Os ativos e passivos da Companhia, por segmento operacional, estão demonstrados na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	AH(%)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	AH(%)
Ativos				Passivos e PL		
Telecom	888.715	587.050	51,4%	973.914	628.952	54,8%
Corporativo	603.121	324.260	86,0%	517.922	282.358	83,4%
Total	1.491.836	911.310	63,7%	1.491.836	911.310	63,7%

Ativos – por segmento

O saldo dos ativos do segmento de Telecom totalizou R$ 888.715 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$301.665 mil ou 51,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$587.050 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia; e (iii) aumento do caixa como decorrência da emissão de novas ações em 26 de julho de 2021.

O saldo dos ativos do segmento de Corporativo totalizou R$603.121 mil em 31 de dezembro

de 2021, representando um aumento R$278.861 mil ou 86,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$324.260 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia; e (iii) aumento do caixa como decorrência da emissão de novas ações em 26 de julho de 2021.

Passivos – por segmento

O saldo dos passivos do segmento de Telecom totalizaram R$ 973.914 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 344.962 mil ou 54,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$628.952 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia; e (iii) aumento do patrimônio líquido como decorrência da emissão de novas ações em 26 de julho de 2021.

O saldo dos passivos do segmento de Corporativo totalizou R$ 517.922mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 235.564mil ou 83,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$282.358 mil. Essa redução ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia; e (iii) aumento do patrimônio líquido como decorrência da emissão de novas ações em 26 de julho de 2021.

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R$ 1.491.836 mil, representando um incremento de 63,7%, ou R$ 580.526 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R$ 911.310 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia aumentou 94,8% ou R$433.239 mil, passando de R$ 457.152 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 890.391 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R$38.465 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$0,7 mil ou 1,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$37.785 mil. Ocorreu um ligeiro aumento devido principalmente ter ocorrido investimentos em ativos imobilizados em função da modalidade de vendas TaaS.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R$ 163.719 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 1.138 mil ou 0,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$162.581 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$ 49.010 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 26.248 mil ou 115,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 22.762 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) recuperação dos impostos retidos nas compras de mercadoria para revenda; e (ii) pelas antecipações por estimativa.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R$ 259.361 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 120.581 mil ou 86,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R$138.780 mil. Esse

aumento foi ocasionado principalmente pelo fator "Pandemia" que forçou a aceleração das empresas ao processo digital, aumentando as vendas e consequentemente o aumento do estoque.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R$ 73.721 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 38.794 mil ou 111,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$34.927 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de adiantamento a fornecedores internacionais, e que possuem relacionamento de crédito recente com a Companhia, e demandam condições de pagamento que ainda possuem entrada à vista no momento da colocação de pedidos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante da Companhia aumentou 32,4%, passando de R$ 454.158 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 601.445 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 147.287 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R$ 95.691 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 52.101 mil ou 119,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 43.590 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R$ 17.496 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 2.265 mil ou 14,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 15.231 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, provisões de obsolescência de estoques, ajuste à valor presente contas a receber e Derivativos Swap, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R$ 419.205 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 73.275 mil ou 21,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$345.930 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R$ 56.852 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$18.880 mil ou 49,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$37.972 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R$ 911.310 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 1.491.836 mil em 31 de dezembro de 2021, significando um crescimento de 63,7% ou R$ 580.526 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia aumentou 31,7% ou R$ 142.458 mil, passando de R$ 448.846 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 591.304 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R$199.444 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$50.370 mil ou 33,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$149.074 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento das atividades operacionais da Companhia.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R$ 8.318 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R$ 15.951 mil ou 65,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 24.269 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em função do pagamento não recorrente do plano de remuneração baseado em ações que estava provisionado em R$ 14.723 mil e foi pago durante o terceiro trimestre de 2021 em função da realização do IPO. Adicionalmente foram contabilizadas todas as demais provisões rotineiras tais como provisão de 13º Salário e Encargos, Férias, PLR do exercício de 2021, Remuneração Baseada em Ações, dentre outros, totalizando uma redução de R$ 1.228 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R$ 2.050 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R$ 6.857 mil ou 77,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 8.907 mil. Essa redução decorreu principalmente em relação ao aumento de créditos recuperáveis e dedução da base de calculo dos custo de captação do IPO, impactando diretamente no recolhimento dde IR e CSLL.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$ 326.680 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R$ 130.819 mil ou 66,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 195.861 mil. Esse aumento ocorreu devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$ 437 mil em 31 de dezembro de 2021 representando uma redução de R$ 7.108 mil ou 94,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 7.545 mil. Essa redução ocorreu pois não haverá novos ingressos nessa rubrica que trata apenas do saldo residual da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante da Companhia reduziu 18,5% ou R$ 61.443 mil, passando de R$ 332.505 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 271.062 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$ 269.856 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R$ 58.952 mil ou 17,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R$ 328.808 mil. Essa redução ocorreu devido amortização de empréstimos em moeda nacional e em relação a debêntures.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 384,4%, passando de R$ 129.959 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 629.470 mil em 31 de

dezembro de 2021, representando um aumento de R$ 499.511 mil. Essa variação ocorreu devido principalmente aos motivos apresentados acima referentes ao resultado dos períodos de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	37.785	4,1%	28.228	4,6%	33,9%
Investimentos de curto prazo	52.046	5,7%	4.130	0,7%	1160,2%
Contas a receber, líquidas	162.581	17,8%	111.374	18,1%	46,0%
Impostos a recuperar	22.762	2,5%	11.338	1,8%	100,8%
Instrumentos financeiros derivativos	8.088	0,9%	366	0,1%	2109,8%
Estoques	138.780	15,2%	167.805	27,3%	-17,3%
Adiantamentos a fornecedores	34.927	3,8%	11.014	1,8%	217,1%
Despesas Antecipadas	183	0,0%	-	-	0,0%
Total do ativo circulante	**457.152**	**50,2%**	**334.255**	**54,3%**	**36,8%**
Contas a receber, líquidas	43.590	4,8%	11.820	1,9%	268,8%

Instrumentos financeiros derivativos	6.122	0,7%	-	-	0,0%
Impostos diferidos	15.231	1,7%	9.610	1,6%	58,5%
Ativo de direito de uso	5.313	0,6%	4.452	0,7%	19,3%
Imobilizado, líquido	345.930	38,0%	239.253	38,9%	44,6%
Intangível, líquido	37.972	4,2%	16.365	2,7%	132,0%
Total do ativo não circulante	**454.158**	**49,8%**	**281.500**	**45,7%**	**61,3%**
Total do ativo	**911.310**	**100,0%**	**615.755**	**100,0%**	**48,0%**

PASSIVO

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de				
	2020		2019 (reapresentado)		2020 x 2019
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	149.074	16,4%	104.973	17,0%	42,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	24.269	2,7%	11.173	1,8%	117,2%
Impostos a recolher	8.907	1,0%	5.046	0,8%	76,5%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.861	21,5%	117.718	19,1%	66,4%
Dividendos a pagar	15.006	1,6%	4.896	0,8%	206,5%

Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.731	0,4%	-100,0%
Arrendamentos mercantis	2.650	0,3%	1.885	0,3%	40,6%
Partes relacionadas	309	0,0%	-	-	0,0%
Outras obrigações	45.225	5,0%	22.094	3,6%	104,7%
Receita diferida	7.545	0,8%	15.066	2,4%	-49,9%
Total do passivo circulante	**448.846**	**49,3%**	**285.582**	**46,4%**	**57,2%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.808	36,1%	239.969	39,0%	37,0%
Provisões para contingências	479	0,1%	556	0,1%	-13,8%
Receita diferida	437	0,0%	7.982	1,3%	-94,5%
Arrendamentos mercantis	2.781	0,3%	2.624	0,4%	6,0%
Outras obrigações	-	-	4.831	0,8%	-100,0%
Total do passivo não circulante	**332.505**	**36,5%**	**255.962**	**41,6%**	**29,9%**
Capital Social	86.666	9,5%	86.666	14,1%	0,0%
Reservas de capital	10.000	1,1%	10.000	1,6%	0,0%
Reservas de lucro	33.225	3,6%	7.360	1,2%	351,4%
Prejuízo acumulado	-	-	-29.816	-4,8%	-100,0%
Outros resultados abrangentes	68	0,0%	1	0,0%	6700,0%
Total do patrimônio líquido	**129.959**	**14,3%**	**74.211**	**12,1%**	**75,1%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**911.310**	**100,0%**	**615.755**	**100,0%**	**48,0%**

Os ativos e passivos da Companhia, por segmento operacional, estão demonstrados na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	AH(%)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	AH(%)
Ativos				Passivos		
Telecom	587.050	443.460	32,4%	628.952	473.724	32,8%
Corporativo	324.260	172.295	88,2%	282.358	142.031	98,8%
Total	**911.310**	**615.755**	48,0%	**911.310**	**615.755**	48,0%

Ativos – por segmento

O saldo dos ativos do segmento de Telecom totalizou R$587.050 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$143.590 mil ou 32,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$443.460 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; e (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

O saldo dos ativos do segmento de Corporativo totalizou R$324.260 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$151.965 mil ou 88,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$172.295 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de contas a receber consequente do crescimento das vendas; e (ii) aumento do imobilizado de equipamentos cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

Passivos – por segmento

O saldo dos passivos do segmento de Telecom totalizaram R$628.952 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$155.228 mil ou 32,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$473.724 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; e (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

O saldo dos passivos do segmento de Corporativo totalizou R$282.358 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$140.327 mil ou 98,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$142.031 mil. Esse aumento ocorreu devido principalmente a: (i) aumento no saldo de fornecedores a pagar consequente do crescimento das compras/vendas; e (ii) aumento de financiamentos e empréstimos para financiar o investimento em equipamentos/imobilizado cedidos em contratos de locação de longo prazo a clientes da Companhia.

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R$911.310 mil, representando um incremento de 48,0%, ou R$ 295.555 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R$ 615.755 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 36,8% ou R$122.897 mil, passando de R$ 334.255 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$457.152 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R$37.785 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$9.557 mil ou 33,9%, se comparado

ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$28.228 mil. O aumento decorre principalmente, pela maior geração de caixa operacional da Companhia e gestão de saldos mínimos de caixa.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber líquidas da Companhia totalizou R$162.581 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$51.207 mil ou 46,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$111.374 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento das vendas.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$22.762 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$11.424 mil ou 100,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.338 mil. Esse aumento ocorreu principalmente pelo crescimento de vendas da Companhia no período.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R$ 138.780 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R$29.025 mil ou 17,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$167.805 mil. Essa redução foi ocasionada por dois aspectos principais: (i) início das operações da subsidiária do Panamá, que funciona como um "hub" logístico para atendimento às operações no Brasil e Colômbia, reduzindo o tempo de trânsito das mercadorias da Ásia para nosso mercado consumidor; e (ii) certificação perante a Receita Federal do Brasil como Operador Econômico Autorizado (OEA) em Novembro de 2019, reduzindo significativamente o tempo de desembaraço e estadia em área alfandegada das mercadorias da Companhia, permitindo maior fluidez do processo e permitindo que os níveis de estoques sejam menores mantendo o mesmo padrão de atendimento aos clientes.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R$34.927 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$23.913 mil ou 217,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.014 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de adiantamento a fornecedores internacionais, e que possuem relacionamento de crédito recente com a Companhia, e demandam condições de pagamento que ainda possuem entrada à vista no momento da colocação de pedidos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia aumentou 61,3%, passando de R$ 281.500 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$454.158 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$172.658 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R$43.590 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$31.770 mil ou 268,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.820 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R$15.231 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$5.621 mil ou 58,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$9.610 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisões de obsolescência de estoques e remunerações variáveis futuras, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R$345.930 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$106.677 mil ou 44,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$239.253 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R$37.972 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$21.607 mil ou 132,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$16.365 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – *Technology as a Service*).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R$615.755 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$911.310 mil em 31 de dezembro de 2020, significando um crescimento de 48,0% ou R$ 295.555 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 57,2% ou R$163.264 mil, passando de R$285.582 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$448.846 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R$149.074 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$44.101 mil ou 42,0%, se comparado ao total em 31

de dezembro de 2019, quando correspondia a R$104.973 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento das atividades operacionais da Companhia, conforme evidenciado pela elevação da receita líquida.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R$ 24.269 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$13.096 mil ou 117,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$11.173 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento no quadro de funcionários e provisão para remuneração variável.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R$8.907 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$3.861 mil ou 76,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$5.046 mil. Esse aumento decorreu principalmente no IR/CS a pagar calculado no fechamento do exercício de acordo com a apuração de maior lucro antes de IR/CS observado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$ 195.861 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$78.143 mil ou 66,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$117.718 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$7.545 mil, em 31 de dezembro de 2020 representando uma redução de R$ 7.521 mil em comparação ao 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 15.066 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia aumentou 29,9% ou R$ 76.543 mil, passando de R$255.962 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 332.505 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R$328.808 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$88.839 mil ou 37,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$239.969 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (*Technology as a Service*).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R$437 mil, em 31 de dezembro de 2020 representando uma redução de R$7.545 mil ou 94,5% em comparação ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$7.982 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do reconhecimento de receitas provenientes de contratos de locação oriundos da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 75,1%, passando de R$74.211 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$129.959 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$55.748 mil. Essa variação ocorreu devido principalmente aos motivos apresentados acima referentes ao resultado do exercício de 2020.

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em	
	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(29.546)	124.113
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(465.423)	(270.378)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	494.897	155.822

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

A Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R$ 29.546 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o qual pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) aplicação dos estoques no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 120.765 mil em função do crescimento da unidade solar e também pela antecipação de compras em decorrência do desabastecimento de semicondutores; (ii) aplicação em contas a receber no valor de R$ 87.637 mil em função do aumento do nível de vendas observado no período; (iii) aplicação de caixa com o pagamento de juros no valor de R$ 52.454 mil, tendo em vista o nível de endividamento da companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (iv) aplicação de caixa com o adiantamento a fornecedores no valor de R$ 37.067 mil alinhado com o crescimento da receita bruta no período e em função do crescimento na unidade solar; (v) aplicação de caixa com impostos a recuperar no valor de R$ 26.248 mil em função de maiores créditos com IRPJ e CSLL a compensar e Pis/Confins a recuperar devido ao aumento nos níveis de receita; (vi) aplicação de caixa com pessoal, encargos e benefícios sociais no valor de R$ 23.204 mil devido aos adiantamentos dos 13º salários e aumento no quadro de colaboradores; (vii) aplicação de caixa com o pagamento de IR e CSLL no valor de R$ 17.691 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (viii) aplicação de caixa

com impostos a recolher no valor R$ 13.227 em função do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi compensado parcialmente pela geração de caixa líquido em: (i) fornecedores no valor de R$ 56.295 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em função do aumento com as importações para atender principalmente as demandas da unidade solar e aumento de preços de matérias primas; (ii) caixa gerado com as despesas de juros e variação cambial no valor de R$ 56.459 mil atrelados ao empréstimos da companhia; e (iii) caixa gerado com as despesas de ajuste a valor presente no valor de R$ 8.345 mil em função do aumento de juros no período.

A Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 124.113 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o qual pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) caixa gerado com as despesas de juros e variação cambial no valor de R$ 50.671 mil atrelados ao empréstimos da companhia; (ii) caixa gerado em fornecedores no valor de R$ 44.101 mil principalmente em fornecedores estrangeiros atrelado ao crescimento em vendas; (iii) caixa gerado em estoques no valor R$ 24.932 mil decorrente do aumento nas vendas na unidade solar no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa geração de caixa líquida foi parcialmente compensada pela aplicação de caixa em: (i) Contas a receber no valor de R$ 98.075 em função do aumento do nível de vendas observado no período; (ii) aplicação de caixa com o pagamento de juros no valor de R$ 47.051 cem função da captação de empréstimos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iii) aplicação de caixa com o adiantamento a fornecedores no valor de R$ 23.913 mil alinhado com o crescimento da receita bruta no período e em função do crescimento na unidade solar; e (iv) aplicação de caixa com o pagamento de IR e CSLL no valor de R$ 21.330 no exercício social em 31 de dezembro de 2020.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

A Companhia apresentou um caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento de R$ 465.423 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, refletindo principalmente caixa líquido aplicado com: (i) aquisição em investimento de curto prazo no valor de R$ 564.209 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 decorrente de aplicação financeira em CDB; e (ii) aquisição de ativo imobilizado e intangível no valor de R$ 227.049 mil, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 decorrente de aquisições de softwares. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi compensado

parcialmente principalmente pela geração de caixa líquido devido aos resgates dos investimentos de curto prazo no valor de R$ 325.835 mil em função do vencimento da aplicação, porém o valor foi reinvestido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 270.378 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, refletindo principalmente caixa aplicado no valor de R$ 222.740 mil na aquisição de imobilizado e intangível no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 em função de aquisições de softwares e bens para locação. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi compensado parcialmente principalmente pela geração de caixa líquido devido a geração de caixa em decorrência de resgates dos investimentos de curto prazo no valor de R$ 88.555 mil em função do vencimento da aplicação, porém o valor foi reinvestido no exercício social findo em 30 de dezembro de 2020.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

A Companhia apresentou uma geração de caixa líquida nas atividades de financiamento de R$ 494.897 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que decorreu: (i) pelo aumento de capital e reservas atrelada à oferta de ações no valor de R$ 437.557 mil; e (ii) geração de caixa pelo ingresso de novos empréstimos e debêntures no valor de R$ 275.461 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A geração do caixa líquido das atividades de financiamento foi compensada parcialmente pela aplicação de caixa com os seguintes fatores: (i) pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) no valor de R$ 200.040 mil; e (ii) aplicação de caixa no valor de R$ 15.006 mil pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O caixa líquido gerado das atividades de financiamento foi de R$ 1155.822 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, refletindo principalmente o caixa gerado no valor de R$ 280.989 mil pelo ingresso de novos empréstimos e debêntures no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A geração de caixa líquido das atividades de financiamento foi parcialmente compensada pela aplicação no valor de R$ 117.244 mil no

pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019 (reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	124.113	-41.874
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-270.378	-160.655
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	155.822	226.338

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

A Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 124.113 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) geração de caixa líquida com despesas de juros e variação cambial no valor de R$ 50.671 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) geração de caixa líquida em fornecedores no valor de R$ 44.101 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (iii) geração de caixa líquida em estoques no valor de R$ 24.932 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A geração caixa líquido nas atividades operacionais foi compensado parcialmente principalmente pela (i) aplicação de caixa líquido do contas a receber no valor de R$ 98.075 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) aplicação de caixa líquido dos adiantamentos a fornecedores no valor de R$ 23.913 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de

2020; e (iii) aplicação de caixa líquido de marcação a mercado de derivativos no valor de R$ 16.575 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e aplicação de caixa líquido de impostos a recuperar no valor de R$ 11.424 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R$ 41.874 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) aplicação de caixa líquida com receita diferida no valor de R$ 70.848 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) aplicação de caixa líquida em fornecedores no valor de R$ 50.994 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (iii) aplicação de caixa líquida em pagamento de juros de no valor R$ 22.628 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A aplicação de caixa líquido nas atividades operacionais foi compensado parcialmente principalmente pela (i) geração de caixa líquido do despesa de juros e variação cambial de R$ 24.109 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 20.268 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, que pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores (i) caixa gerado no valor de R$ 79.853 mil de fornecedores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, (ii) caixa gerado no valor de R$ 37.491 mil de depreciação e amortização no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (iii) caixa gerado no montante de R$ 28.057 mil de lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esses efeitos foram parcialmente compensados (i) pelo caixa utilizado no valor de R$ 71.618 mil em estoques no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e (ii) pelo caixa utilizado no valor de R$ 44.219 mil no contas a receber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

A Companhia apresentou uma aplicação de caixa líquido nas atividades de investimento de R$270.378 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que decorreu principalmente pela (i) da aplicação líquida com a aquisição de ativo imobilizado e intangível no valor de R$ 222.740 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;

e (ii) da aquisição de investimentos de curto prazo no valor de R$ 136.193 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi compensado parcialmente principalmente pela geração de caixa líquido de resgates dos investimentos de curto prazo no valor de R$ 88.555 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia apresentou uma aplicação de caixa líquido nas atividades de investimento de R$ 160.655 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que decorreu principalmente pela (i) aplicação líquida com a aquisição de ativo imobilizado e intangível no valor de R$ 153.099 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R$ 90.477 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, refletindo principalmente o caixa utilizado no valor de R$ 89.477 mil na aquisição de ativo imobilizado e intangível no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

A Companhia apresentou uma geração de caixa líquida nas atividades de financiamento de R$ 155.822 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que decorreu principalmente pelo ingresso de novos empréstimos e debêntures no valor de R$ 280.989 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A geração de caixa líquido nas atividades de financiamento foi compensada parcialmente principalmente pelo pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) no valor de R$ 117.244 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia apresentou uma geração de caixa líquida nas atividades de financiamento de R$ 226.338 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que decorreu principalmente pelo ingresso de novos empréstimos e debêntures no valor de R$ 325.446 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A geração de caixa líquido nas atividades de financiamento foi compensada parcialmente principalmente pelo (i) aplicação de caixa com pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) no valor de R$ 65.305 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) aplicação de caixa com o pagamento de duplicatas descontadas no valor de R$ 25.527 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de (i) Telecom e (ii) Corporativo. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e, modelos de negócios são distintas nestes dois mercados e, consequentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Dentro de cada segmento, observa-se a existência do conceito de Unidades de Negócios (ou BUs) que focam em mercados distintos e, consequentemente, em produtos para finalidades distintas, que possuem contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

(i) TELECOM

- **Redes de Fibra Ótica (FTTx):** Venda de linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede.
- **Redes de Dados e Wi-Fi:** Venda de switches, roteadores Wi-Fi e cabeamento.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2021 representou 52,0% das Vendas Totais da Companhia, uma diminuição de 17 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano de 2020, essa contração ocorreu principalmente pela expansão da unidade solar. Do ponto de vista de crescimento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, esse segmento apresentou variação positiva crescendo 21,5% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2020 representou 62,1% das Vendas Totais da Companhia (cf. item 3.2 deste Formulário de Referência), um incremento de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

esse segmento apresentou variação de 46,4% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também no conceito de Vendas Totais.

A Receita Bruta em 31 de dezembro de 2021 cresceu 14,1% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento do prazo médio dos contratos de TaaS (Technology as a Service) – Locações de equipamentos. O prazo médio dos novos contratos TaaS saiu de 32,2 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para 44,4 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. o que fez com que a proporção do TaaS sobre a Receita Bruta da Companhia, caísse de 41% em 31 de dezembro de 2020 para 40% em 31 de dezembro de 2021. . Para fins de esclarecimento, quanto maior o prazo do contrato menor é o valor reconhecido no período. Por exemplo um contrato de 5 anos com valor de 100 tem reconhecimento de 20 por ano. Já um contrato de 2 anos com o mesmo valor de 100 tem reconhecimento de 50 por ano. Atribuímos a performance positiva desse segmento pela aceitação dos clientes do modelo TaaS e aumento substancial da demanda nas linhas de produtos de Redes de Fibra Ótica (FTTx), decorrentes da expansão de rede por parte de ISPs (internet service providers) em função da maior necessidade de infraestrutura para o cenário de Home Office.

Quando analisamos a Receita Bruta em 2020 o crescimento foi de 38,1%, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em razão do aumento do prazo médio dos contratos de TaaS (Technology as a Service) – Locações de equipamentos. O prazo médio dos novos contratos TaaS saiu de 24,1 meses, no exercício social findo em 31 de dezembro 2019, para 32,2 meses no exercício social findo em 31 de dezembro 2020 o que fez com que a proporção do TaaS sobre a Receita Bruta da Companhia, caísse de 45% de 31 de dezembro 2019, para 41% em 31 de dezembro 2020.

Resultado Segmentado	Telecom				
	Nos exercícios sociais findos em				AH%
(R$ milhões, exceto%)	31/12/2021	31/12/2020	AH%	31/12/2019 (reapresentado)	20/19
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	360,3	308,9	16,70%	210,5	45,80%

Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	396,4	314,1	26,20%	213,9	46,90%
Vendas Totais	**756,8**	**622,9**	**21,50%**	**424,3**	46,40%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	360,3	308,9	16,70%	211,8	45,80%
Receita Bruta TaaS	241,6	218,9	10,40%	170,2	28,60%
Receita Bruta	**601,9**	**527,7**	**14,10%**	**382**	38,10%

(ii) CORPORATIVO

- **Sistemas de Segurança Eletrônica**: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros.
- **Sistemas de Cibersegurança**: *Firewalls*, sistemas de proteção contra ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.
- **Produtos de Infraestrutura de Data Centers**: Racks, esteiras, cabeamento, no-*breaks*, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.
- **Automação de Escritórios e Residências**: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião.
- **Produtos de Áudio e Vídeo Profissional:** Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto.
- **Painéis de LED**: Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (*Out Of Home*), sinalização e decoração.
- **Geradores de Energia Fotovoltaica:** Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos.

O segmento Corporativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 representou 48,0% das Vendas Totais da Companhia, um crescimento de 17 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de 84,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, também no conceito de Vendas Totais.

O segmento Corporativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representou 37,9% das Vendas Totais da Companhia, um decréscimo de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de 27,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também no conceito de Vendas Totais. O prazo médio dos contratos de locação saiu de 45,5 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para 54,4 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Podemos observar nesse segmento a aceleração de crescimento da modalidade TaaS a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, houve um aumento de 284,0% das Vendas totais de Locações de equipamentos. Quando analisamos a Receita Bruta, ou seja, descontando-se a receita diferida dos contratos de aluguel provenientes do modelo TaaS, o crescimento foi de 36,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A diferença de 9,7 pontos percentuais entre as taxas de crescimento de Vendas Totais e Receita Bruta, se deu quase que em sua totalidade em razão do aumento crescimento da Receita Bruta TaaS, decorrentes da receita diferida das vendas da modalidade TaaS realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O prazo médio dos contratos de locação, onde no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ficou em 32,5 meses, em 31 de dezembro de 2020 foi de 45,5 meses caminhando em linha com a estratégia comercial da Companhia. Atribuímos a performance positiva desse segmento pelas linhas de produtos de Geradores de Energia Fotovoltaica e Segurança Eletrônica.

Resultado Segmentado	Corporativo				
	Nos exercícios sociais findos em				AH%
(R$ milhões, exceto%)	31/12/2021	31/12/2020	AH%	31/12/2019 (reapresentado)	20/19
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	615,2	300,1	105,00%	232,4	29,20%

Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	84,4	79,4	6,30%	66,1	20,10%
Vendas Totais	**699,6**	**379,5**	**84,30%**	**298,5**	**27,10%**
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	615,2	300,1	105,00%	232,4	29,20%
Receita Bruta TaaS	47,4	36,6	29,50%	13,6	169,10%
Receita Bruta	**662,5**	**336,7**	**96,80%**	**246**	**36,90%**

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

(i) Estratégia de compras: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 tivemos, respectivamente, 70% e 63% de nossas compras de produtos para comercialização realizadas através de importação e 30% e 37% realizadas através de compras nacionais. Sendo assim, estamos expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como a riscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) Obsolescência de estoque: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) Crescimento PIB (Produto Interno Bruto): As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance de 1,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, -4,05% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de -3,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na Receita Bruta dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) Variação cambial: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantêm com margens sadias. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de variação cambial, vide item 10.1 desse formulário de referência.

(ii) Inflação: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

(iii) Revisão tecnológica dos produtos: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros de 130 dias, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia. Para mais informações sobre as operações, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia, cujas informações constam do item 13.4 deste formulário.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

(i) *Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019*

IFRS 16 / CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional (IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia adotou a IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado de adoção com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição permitindo que a norma seja aplicada somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4 na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, tenham prazo de locação inferior a 12 meses e possuam valores imateriais.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foram reapresentadas - ou seja, são apresentadas conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Balanço patrimonial	Demonstrações Financeiras Divulgadas (reapresentadas) em 31/12/2018	Impactos referente adoção do IFRS 16/CP 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019 com adoção da norma
Ativo Circulante	260.173	-	260.173
Ativo não circulante	217.511	3.200	220.711
Total do Ativo	477.684	(3.200)	480.884
Arrendamentos de curto prazo	-	1.572	1.572
Outros passivos circulantes	285.327	-	285.327
Arrendamentos de longo prazo	-	1.628	1.628
Outros passivos não circulantes	133.326	-	133.326
Patrimônio Líquido	59.031	-	59.031
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	477.684	(3.200)	480.884

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía saldo de arrendamento mercantil financeiro nos balanços patrimoniais.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos impactos nos saldos do resultado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, afetados pela nova norma:

Demonstração do resultado do exercício	Sem impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Impactos referente adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Com impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas líquidas	506.575		506.575
Custo de Mercadorias Vendidas	(372.927)		(372.927)
Lucro bruto	**133.648**	-	**133.648**
Receitas (despesas) operacionais			
Depreciação e amortização	(5.984)	(1.686)	(7.670)
Despesa com arrendamento	(1.274)	1.274	-
Outras despesas operacionais	(72.982)		(72.982)
Lucro antes do resultado financeiro	**53.408**	**(412)**	**52.996**
Resultado financeiro	(32.378)	(171)	(32.549)
Lucro líquido antes dos impostos	**21.030**	**(583)**	**20.447**
Imposto de renda e contribuição social	(470)		(470)
Lucro líquido do exercício	**20.560**	**(583)**	**19.977**

IFRIC 23 / ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Administração da Companhia entende que não há impactos significativos nas informações contábeis intermediárias, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(iii) *Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020*

- IFRS 7 e IFRS 9 - Impacto da adoção inicial dadas alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- IFRS 16 - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel
- Relacionadas à pandemia de Covid-19;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios; e
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material.

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

(iv) *Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não em vigor*

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e controladas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Atualmente, a Companhia não espera impacto desta norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia não espera impacto desta norma em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial que compreende nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em decorrência das mudanças de política contábil ou correção de erros identificados pela Companhia em 2019, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). A opinião dos auditores não contém modificação relacionada a esse assunto.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico da Companhia, e em outros fatores considerados relevantes os quais são revisitados de maneira contínua.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, que possam resultar ajuste material no valor contábil no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das duplicatas a receber e são baseadas nas taxas de perda histórica da Companhia.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

A perda de crédito foi calculada com base nas perdas esperadas e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Provisão para perda de estoques

A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos.

Incentivos fiscais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e

legislações aplicáveis a cada benefício. Os efeitos de tais benefícios são registrados na contabilidade pelo regime de competência, e os ganhos deduzidos na apuração fiscal e registrados mensalmente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas conforme segregação dos assessores jurídicos e separadas em três grupos distintos (prováveis, possíveis e remotos).

Os passivos contingentes classificados como perda provável são provisionados, os possíveis divulgados em nota explicativa e remotos apenas controlado pela Companhia. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 2020 e 2019.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.8 - Plano de negócio

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Conforme mencionado nos itens 4.1, 6.3, 7.1 e 10.1 deste Formulário de Referência, parte importante da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual era de R$239.253 mil em 31 de dezembro de 2019, de R$345.930 mil em 31 de dezembro de 2020, e de R$413.675 mil em 31 de dezembro de 2021.

Pretendemos continuar expandindo o modelo de vendas TaaS pois acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e também para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar incrementando o imobilizado líquido da Companhia, porém em função da velocidade de crescimento das vendas advindas do modelo TaaS.

Os investimentos futuros serão consequência do crescimento e penetração do modelo TaaS em todas as nossas linhas de negócio.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (*Capex*) e expansão do modelo TaaS.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em 2019. Para mais informações sobre as referidas aquisições, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer evento material e de forma rápida. Em 2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas duas empresas em 2018.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, observou que o maior desafio enfrentado durante esse período esteve atrelado ao aumento nos prazos de entregas das mercadorias, quanto no que diz respeito ao aumento de custo com frete.

Apesar da dificuldade observada em alguns setores, como o setor logístico, a Companhia evitou a ruptura de sua produção através de um aumento na quantidade de produtos, componentes e matérias primas adquiridos usualmente, construindo assim um estoque de segurança. De acordo com as políticas operacionais da Companhia, os centros logísticos da Companhia no Panamá e em Ilhéus (BA) estavam abastecidos durante a pandemia de COVID-19. Como consequência do aumento da demanda pelos nossos serviços, a Companhia utilizou grande parte de seu estoque de segurança para suprir a falta de envio de materiais no início da pandemia de COVID-19. Dessa forma, conseguimos manter o suprimento de mercadorias e matérias primas durante o período de maior criticidade da pandemia de COVID-19 sem impactar as operações

Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades.

A Companhia seguiu observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus possíveis efeitos nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Para mais informações, ver fator de risco "*A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma como a pandemia afetará nossos negócios dependem de eventos futuros, que ainda são incertos e imprevisíveis, assim como seus possíveis desdobramentos e consequências, e podem resultar em um efeito adverso relevante para os nossos negócios, reputação, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e a nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.,* no item 4.1 deste Formulário de Referência."

Atuação com nossos colaboradores e clientes

A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos. Entre as ações tomadas, destacamos principalmente os temas abaixo:

- Visando preservar a saúde de nossos colaboradores e continuidade de nossas operações, criamos um comitê de prevenção, envolvendo Diretoria e Conselho de Administração, para avaliar continuamente a evolução da pandemia de COVID-19, seus possíveis impactos e a necessidade de novas ações como acompanhamento de condições médicas dos funcionários, além de monitorar todas as determinações tomadas pelas autoridades competentes nas regiões em que operamos;
- Novos procedimentos de proteção aos colaboradores e terceiros que atuam em nossas instalações, seguindo determinações de distanciamento, higiene e limpeza da OMS e outras fontes confiáveis (e.g. diretrizes da secretaria da saúde, hospitais, etc);
- Plano de Home-Office para aproximadamente 70% dos colaboradores - sistemas de tecnologia e treinamento remoto facilitaram a alta produtividade das equipes mesmo à distância; e
- Suspensão ou postergação de eventos e viagens de negócios nacionais e internacionais.

A Companhia entende que a pandemia de COVID-19 não impactou de forma negativa os seus resultados. Os mercados de atuação da Companhia cresceram em função da maior necessidade por conectividade desencadeada pandemia de COVID-19. Com a maioria das empresas em *home office* e as pessoas trabalhando de casa, a necessidade por acesso à internet de banda larga foi o principal fator que levou ao crescimento desse mercado. Como consequência, os provedores regionais de Internet (ISPs) - nossos clientes nesse segmento - se beneficiaram dessa mudança na forma de consumir banda larga em todo o Brasil. Essa maior conectividade também levou à um aumento por outros produtos e serviços que a Companhia oferece (e.g. modalidade TaaS, *Cibersegurança* e Data Centers). O único mercado da Companhia que foi impactado negativamente pela pandemia de COVID-19 foi o mercado de áudio e vídeo profissional, no qual nossos clientes são produtores de grandes eventos e shows que foram impactados negativamente pela pandemia de COVID-19.

Todos os colaboradores da Companhia que poderiam trabalhar de casa foram imediatamente alocados em sistema de home office. A Companhia criou uma rede privada virtual (Virtual Private Network - VPN) a fim de garantir a segurança dos dados tratados pela Companhia. Os funcionários de estoque, produção e *back offices* continuaram

trabalhando presencialmente seguindo todos os cuidados e recomendações dos órgãos de saúde. A Companhia também não utilizou nenhum dos recursos e benefícios disponibilizados pelo governo em decorrência da pandemia de COVID-19.

O crescimento de Receita Bruta foi de 46,3% para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a expansão do Lucro Bruto de 23,4% para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e o crescimento de Receita Bruta foi de 37,6% em 31 de dezembro de 2020 em relação à 31 de dezembro de 2019, assim como a expansão do Lucro Bruto de 78,8% em 31 de dezembro de 2020 em relação à 31 de dezembro de 2019 corroboram com os comentários acima sobre os impactos da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista de custos, a Companhia conseguiu obter algumas economias relacionadas as atividades regulares administrativas e de marketing. A Companhia também não teve nenhum contrato rescindido ou demissões em função da pandemia da COVID-19.
A Companhia contraiu novos empréstimos durante o ano de 2021 e 2020, porém todas as atividades de financiamento foram relacionadas à normalidade das operações regulares da Companhia e condizentes com o crescimento observado.

ANEXO C: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ... 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 7
Demonstrações dos resultados 9
Demonstrações dos resultados abrangentes 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstrações dos fluxos de caixa 12
Demonstrações do valor adicionado 14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 15

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente J uscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Aos Administradores e Acionistas
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu receitas operacionais no montante de R$ 1.241.325 e R$ 1.264.439, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 24.

As receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) das receitas com vendas de mercadorias que devem ser reconhecidas quando a Companhia satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente. A Companhia reconhece a receita no momento em que os itens são entregues para os clientes e a obrigação de desempenho é cumprida (transferência do risco); e (ii) das receitas com locação de equipamentos, reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de locação.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, quer seja pela entrega das mercadorias efetivamente ou apropriação da receita com locação, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte das vendas”).

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida, antes da transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros:

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento dasreceitas de mercadorias;
- Consideramos nos testes relacionados a receita da venda de mercadoria em uma extensão dostestes de detalhe maior do que se o risco não existisse;
- Realizamos procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação damaterialidade proporcionalmente à população de teste;
- Realizamos análises sobre os valores faturados e as respectivas saídas de mercadorias no estoqueda Companhia;
- Recálculo da receita do período para uma amostra de contratos de locação, considerandoespecificidades contratuais;
- Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração dareceita;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobres a receitas incluídas nasnotas explicativas 24 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela Diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeirasindividuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmosprocedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativascontábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacionale, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusiveas divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras dasentidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Building a better working world

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 08 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-1SP267770/O-6-T-CE

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado

	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**32.603**	33.219	**38.465**	37.785
Investimentos de curto prazo	5.2	**298.522**	52.046	**298.522**	52.046
Contas a receber, líquidas Impostos a recuperar	6	**161.316**	161.578	**163.719**	162.581
Instrumentos financeiros derivativos	7.1	**48.464**	20.885	**49.010**	22.762
Estoques					
Adiantamentos a fornecedores	29	**6.480**	8.088	**6.480**	8.088
Partes relacionadas					
Despesas antecipadas Total do ativo circulante	8	**244.395**	134.180	**259.361**	138.780
	12	**73.509**	33.753	**73.721**	34.927
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	24	**10.366**	3.991	**-**	-
Depósitos judiciais		**1.113**	182	**1.113**	183
Instrumentos financeiros derivativos		**876.768**	447.922	**890.391**	457.152
Impostos diferidos					
Ativo de direito de uso					
Investimento					
Imobilizado, líquido	6	**95.691**	43.590	**95.691**	43.590
Intangível, líquido		**109**	-	**109**	-
Total do ativo não circulante	29	**9.091**	6.122	**9.091**	6.122
	7.2	**17.440**	15.231	**17.496**	15.231
	18	**3.001**	5.313	**3.001**	5.313
Total do ativo	9	**6.399**	2.509	**-**	-
	10	**419.059**	345.787	**419.205**	345.930
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	11	**56.849**	37.969	**56.852**	37.972
		607.639	456.521	**601.445**	454.158
		1.484.407	904.443	**1.491.836**	911.310

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	

	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	**192.643**	144.369	**199.444**	149.074
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	**8.220**	24.198	**8.318**	24.269
Impostos a recolher	15	**1.499**	7.096	**2.050**	8.907
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	**326.680**	195.861	**326.680**	195.861
Dividendos a pagar					
Instrumentos financeiros derivativos					
Arrendamentos mercantis	22	**11.252**	15.006	**11.252**	15.006
Partes relacionadas	29	**7.175**	-	**7.175**	-
Outras obrigações Receita diferida	18	**2.228**	2.650	**2.228**	2.650
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24	**232**	309	**232**	309
Provisões para demandas judiciais Receita diferida	19	**33.509**	44.945	**33.488**	45.225
Arrendamentos mercantis	16	**437**	7.545	**437**	7.545
		583.875	441.979	**591.304**	448.846
Patrimônio líquido					
Capital social					
Reservas de capital	17				
Reservas de lucro		**269.856**	328.808	**269.856**	328.808
Outros resultados abrangentes	20	**362**	479	**362**	479
	16	**-**	437	**-**	437
	18	**844**	2.781	**844**	2.781
Total do passivo e patrimônio líquido		**271.062**	332.505	**271.062**	332.505
	22				
		297.591	86.666	**297.591**	86.666
	22	**236.632**	10.000	**236.632**	10.000
	22	**94.427**	33.225	**94.427**	33.225
	22	**820**	68	**820**	68
		629.470	129.959	**629.470**	129.959
		1.484.407	904.443	**1.491.836**	911.310
		Controladora		**Consolidado**	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	**25**	**1.043.742**	**704.865**	**1.066.582**	**718.045**
Custo das vendas e serviços	**26**	**(754.085)**	**(469.355)**	**(771.722)**	**(479.047)**
Lucro bruto		**289.657**	**235.510**	**294.860**	**238.998**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com pessoal	**27**	**(57.723)**	**(52.696)**	**(58.808)**	**(53.023)**
Despesas comerciais	**27**	**(71.589)**	**(40.951)**	**(72.340)**	**(41.416)**
Despesas gerais e administrativas	**27**	**(27.094)**	**(15.154)**	**(27.817)**	**(15.567)**
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	**27**	**194**	**(4.441)**	**(1.396)**	**(5.698)**
Equivalência patrimonial	**27**	**49**	**925**	**-**	**-**
		(156.163)	**(112.317)**	**(160.361)**	**(115.703)**
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social					
Receitas financeiras		**133.494**	**123.193**	**134.499**	**123.295**
Despesas financeiras					
Resultado financeiro		**94.768**	**51.020**	**94.846**	**51.301**
		(134.359)	**(83.265)**	**(135.039)**	**(83.316)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**(39.591)**	**(32.245)**	**(40.193)**	**(32.015)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**28**				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**93.903**	**90.948**	**94.306**	**91.280**
Lucro líquido do exercício					
	23	**(23.658)**	**(25.982)**	**(24.061)**	**(26.314)**
	23	**2.209**	**5.621**	**2.209**	**5.621**
		72.454	**70.587**	**72.454**	**70.587**
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores				**72.454**	**70.587**
Acionistas não controladores				**-**	**-**
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores (Expresso em R$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	**21**			**1,3555**	**1,5759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	72.454	70.587	72.454	70.587
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício				
Ajuste de conversão de balanço Resultado abrangente do exercício	752	67	752	67
	73.206	**70.654**	**73.206**	**70.654**
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores			73.206	70.654
Acionistas não controladores			-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

		Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	Gastos com ações	Ágio Reserva Subscrição	Subvenção Legal	Lucros/Prejuízos Investimento	Reserva de emissão de lucros	Outros retenção de abrangentes	resultados acumulados	Total do patrimônio líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2019 Lucro líquido do exercício Destinação do Lucro:		86.666	-	10.000	2.834	4.526	-	1	(29.816)	74.211
Reserva legal		-	-			-	-	-	70.587	70.587
Subvenção para investimento										
Dividendo mínimo obrigatório										
Destinação a reserva de retenção de lucros	21.2	-	-	-	3.529	-	-	-	(3.529)	-
Ajuste conversão de balanço	21.5	-	-	-	-	7.435	-	-	(7.435)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.3	-	-	-	-	-	-	-	(14.906)	(14.906)
Lucro líquido do exercício										
Aumento de capital social	21.6	-	-	-	-	-	14.901	-	(14.901)	-
Gastos com emissão de ações Ágio na subscrição de ações Destinação do Lucro:	9	-	-	-	-	-	-	67	-	67
Reserva legal		86.666	-	10.000	6.363	11.961	14.901	68	-	129.959
Subvenção para investimento										
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	72.454	72.454
Destinação a reserva de retenção de lucros										
Ajuste conversão de balanço	21.1	226.632	-	-	-	-	-	-	-	226.632
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.1	-	(15.707)	-	-	-	-	-	-	(15.707)
	21.1	-	-	226.632	-	-	-	-	-	226.632
	21.2	-	-	-	3.623	-	-	-	(3.623)	-
	21.5	-	-	-	-	23.825	-	-	(23.825)	-
	21.3	-	-	-	-	-	-	-	(11.252)	(11.252)
	21.6	-	-	-	-	-	33.754	-	(33.754)	-
	9	-	-	-	-	-	-	752	-	752
		313.298	**(15.707)**	**236.632**	**9.986**	**35.786**	**48.655**	**820**	**-**	**629.470**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**72.454**	70.587	**72.454**	70.587
Depreciação e amortização	**137.349**	96.400	**137.382**	96.417
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	**25.945**	14.675	**25.949**	14.675
Provisão para obsolescência de estoques	**(877)**	4.093	**(701)**	4.093
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	**(7)**	(77)	**(7)**	(77)
Marcação a mercado de derivativos	**(13.047)**	(16.575)	**(13.047)**	(16.575)
Resultado de equivalência patrimonial	**(49)**	(925)	**-**	-
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	**(8.102)**	(265)	**(8.102)**	(265)
Despesas de juros e variação cambial Despesas de ajuste a valor presente	**57.416**	50.604	**56.459**	50.671
Baixa de ativo imobilizado e intangível	**8.345**	423	**8.345**	423
Despesa com remuneração baseada em ação		898	**361**	898
Imposto de renda e contribuição social	**361**			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	**7.253**	11.424	**7.253**	11.424
Redução (aumento) dos ativos:	**23.658**	25.982	**24.061**	26.314
Contas a receber	**(2.209)**	(5.621)	**(2.265)**	(5.621)
Impostos a recuperar	**(258.344)**	(115.871)	**(267.996)**	(108.663)
Estoques	**(86.233)**	(97.237)	**(87.637)**	(98.075)
Adiantamentos a fornecedores e depósitos judiciais	**(27.579)**	(9.882)	**(26.248)**	(11.424)
Despesas antecipadas	**(110.223)**	14.242	**(120.765)**	24.932
Liquidação de derivativos	**(38.029)**	(22.812)	**(37.067)**	(23.913)
Aumento (redução) dos passivos: Fornecedores	**(931)**	(182)	**(930)**	(183)
Impostos a recolher	**4.651**	-	**4.651**	-
Pessoal, encargos e benefícios sociais	**(69.850)**	(11.092)	**(69.692)**	(20.188)
Receita diferida	**54.200**	54.736	**56.295**	44.101
Partes relacionadas	**(11.564)**	(2.390)	**(13.227)**	(1.123)
Outras obrigações	**(23.231)**	1.641	**(23.204)**	1.672
Pagamento de juros	**(7.545)**	(15.066)	**(7.545)**	(15.066)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(77)**	309	**(77)**	309
Pagamento de processos judiciais e outros	**(11.378)**	18.059	**(11.679)**	18.300
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais:	**(52.454)**	(47.051)	**(52.454)**	(47.051)
	(17.691)	(21.330)	**(17.691)**	(21.330)
	(110)	-	**(110)**	-
	(19.704)	124.660	**(29.546)**	124.113

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Atividades de investimentos:				
Mútuo ativo com partes relacionadas	**(7.092)**	(3.454)	**-**	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(227.013)**	(222.658)	**(227.049)**	(222.740)
Aumento de capital em investida	**(3.330)**	(735)	**-**	-
Aplicação em investimento de curto prazo	**(564.209)**	(136.193)	**(564.209)**	(136.193)
Resgates dos investimentos de curto prazo	**325.835**	88.555	**325.835**	88.555
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos:	**(475.809)**	(274.485)	**(465.423)**	(270.378)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	**275.461**	280.989	**275.461**	280.989
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	**(200.040)**	(117.244)	**(200.040)**	(117.244)
Pagamento de obrigações por arrendamento mercantil	**(3.075)**	(3.127)	**(3.075)**	(3.127)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(15.006)**	(4.796)	**(15.006)**	(4.796)
Oferta pública inicial de ações - IPO	**437.557**	-	**437.557**	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento:	**494.897**	155.822	**494.897**	155.822
	(616)	5.997	**(72)**	9.557
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	**-**	-	**752**	-
	(616)		**680**	
Variação no caixa líquido da Companhia		5.997		9.557
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**33.219**	27.222	**37.785**	28.228
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**32.603**	33.219	**38.465**	37.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	2020
Receitas				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	**1.215.402**	838.568	**1.240.554**	851.839
Outras receitas	**8.778**	2.161	**8.778**	1.811
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	**(25.945)**	(14.675)	**(25.945)**	(14.675)

Insumos adquiridos de terceiros	**1.198.235**	826.054	**1.223.387**	838.975
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos	**(595.728)**	(361.993)	**(615.420)**	(371.681)
Materiais, energia, serviço terceiros, outros	**(82.154)**	(50.197)	**(84.970)**	(52.315)
Perda/ Recuperação de valores ativos	**877**	(4.093)	**877**	(4.093)
Outros	**(2.237)**	(1.331)	**(2.670)**	(1.334)
	(679.242)	(417.614)	**(702.183)**	(429.423)
Valor adicionado bruto	**518.993**	408.440	**521.204**	409.552
Retenções				
Depreciação e amortização				
Valor adicionado líquido produzido	**(137.349)**	(96.400)	**(137.382)**	(96.417)
Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial	**381.644**	312.040	**383.822**	313.135
Receitas financeiras	**49**	925	**-**	
Outras	**63.697**	51.020	**63.697**	51.301
Valor adicionado total a distribuir	**33.515**	395	**33.515**	413
	478.905	364.380	**481.034**	364.849
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta				
Participação dos empregados nos lucros	**39.519**	27.858	**40.054**	28.219
Benefícios	**3.705**	14.451	**3.705**	14.473
Fgts	**6.443**	1.952	**6.958**	1.952
Outros	**2.218**	11.806	**2.218**	11.750
	606	-	**643**	-
Impostos, taxas e contribuições Federais	**52.491**	56.067	**53.578**	56.394
Estaduais				
Muinicipais				
	175.685	140.857	**176.379**	140.948
Remuneração de capitais de terceiros Juros	**22.307**	15.981	**22.307**	15.981
Aluguéis	**25.755**	1.661	**25.755**	1.661
Outros	**223.747**	158.499	**224.441**	158.590
Remuneração de capitais de próprios	**130.060**	71.957	**130.073**	71.957
Dividendos e juros sobre capital próprio	**153**	397	**488**	397
Lucro retido no exercício	**-**	6.873	**-**	6.924
	130.213	79.227	**130.561**	79.278
Valor adicionado total a distribuir				
	11.252	14.906	**11.252**	14.906
	61.202	55.681	**61.202**	55.681
	72.454	70.587	**72.454**	70.587
	478.905	364.380	**481.034**	364.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), ou WDC Networks, que estálistada no Novo Mercado da B3 S.A com símbolo LVTC3, sediada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.486/0001-40, é uma empresa de tecnologia, que importa, industrializa e comercializa produtos de Telecomunicações (fibra ótica, FTTH), Data Center, Áudio e Vídeo Profissional, Segurança Eletrônica, Comunicações Unificadas, Segurança da Informação, Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica entre outras.

A Companhia atua no Brasil desde 2004 na venda de produtos de nichos de mercado com altas taxas de crescimento, e tem um modelo de negócio inovador TaaS – Technology as a Service, que consiste em comercializar qualquer das tecnologias no formato de locação (OPEX).

Além de sua sede na cidade de Ilhéus-BA, possui ainda um centro de distribuição em SalvadorBA, uma unidade fabril em Extrema-MG, escritório comercial em São Paulo e presença internacional em Bogotá, Colômbia, Cidade do Panamá, Panamá e Miami, USA.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 naelaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 08 de março de 2022.

As práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Base de Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de Consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme por todas as entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

	Porcentagem de participação	
Controladas	**2021**	**2020**
Livetech Colombia, S.A.S (“WDC Colombia”)	**100%**	100%
Wdcnet Usa, Corp (“WDC US”)	**100%**	100%
Livetech Panamá, S.A (“WDC Panamá”)	**100%**	100%
Livetech Franchising Administração Ltda ("Franchising")	**100%**	100%

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresasconsolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados,decorrentes de negócios entre as empresas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Telecom e Corporativo. As informações por segmentos

operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros anteriormente classificados como categoria “empréstimos e recebíveis”, foram classificados como “custo amortizado”. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e demais contas a receber.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros podem ser classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes comreclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia registra grande parte de seus ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manterativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxosde caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 29).

Ativos financeiros ao valor justo

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

• A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu umaobrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e; (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre; (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato - Nota 3.2.
- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.4.

- **3. Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação
- **3.2. Instrumentos financeiros**--Continuação

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada database.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e

• Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica aos fornecedores, empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos. Para mais informações, vide Nota 29.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

3.3 Caixa equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.4 Estoque

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, que não excede o valor de sua realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, reduzidos pela amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

3.9. Distribuição de Lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos em Lei estão demonstrados nos balanços patrimoniais como dividendos a pagar. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, são demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante.

3.10. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Provisões--Continuação

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.12. Impostos e contribuições -- continuação

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativoou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos emcontroladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é geradono reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos emcontroladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

3.12. Impostos e contribuições--Continuação

Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%.

3.13. Subvenções e assistências governamentais

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Crédito Presumido ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de Crédito Presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos industrializados em sua matriz, localizada no Polo de Informática de Ilhéus/BA, com validade até 31 de dezembro de 2022, e 90%, à partir de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 3,5% de ICMS para vendas dentro do Estado da Bahia, e 1% para operações interestaduais, até 31 de dezembro de 2022.

3.13. Subvenções e assistências governamentais--Continuação Crédito

Presumido ICMS--Continuação

Condições:

- Renovação anual da habilitação ao incentivo;
- Comprovação de faturamento da produção na unidade equivalente à, no mínimo, 5% dototal da empresa, a partir do 6º ano de produção efetiva;
- Ter realizado investimento de 70%, no mínimo, de seu projeto industrial;
- Manter regularidade fiscal perante à Sefaz/BA;
- Possuir Certificado "ISO 9.000" ou posterior;
- Contribuir anualmente, até 31 de março do ano subsequente, com 0,25% (no mínimo) dovalor de vendas dos produtos industrializados alcançados pelo benefício, para o Programa INOVATEC;
- Efetuar, a partir de janeiro de 2009, em território baiano o desembaraço aduaneiro de, nomínimo, 15% (quinze por cento) das importações que realizar;

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Sudene

A Companhia também possui incentivo fiscal de Redução do IRPJ Principal (15%) e adicional (10% da parcela excedente à R$240 Mil anuais) de 75% calculados sobre o Lucro de Exploração.

Condições:

- Cumprimento das Legislações trabalhista, social e ambiental;
- Apresentação anual das declarações de rendimentos apresentando as reduções;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas, do valor do imposto relativo à redução;
- Fornecer informações anuais na pesquisa anual de Incentivos da SUDENE;
- Apresentação anual à SUDENE (até 31/12 de cada exercício) de Certidão de regularidadede tributos federais e previdenciário;
- Prova documental da contabilização do valor resultante da redução concedida, emconformidade com a legislação vigente.

Homologação anual na RFB do Laudo de incentivos da SUDENE.

3.13. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

Sudene--Continuação

A reserva por hora constituída poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal; ii) aumento de capital social.

3.14. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explicitas ou implícitas. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou ajustes a valor presente sobre o Contas a Receber e Fornecedores.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Transações em moeda estrangeira

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de médias. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

3.16. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

a) Venda de produtos

A receita por venda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento na localidade física indicada pelo cliente, conforme os termos de venda acordados.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Locação

A Companhia e suas controladas auferem receitas de venda com locação de equipamentos e software (TaaS) ao longo do prazo de vigência de cada contrato, sendo a obrigação de desempenho cumprida ao longo do período de contrato.

3.17. Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes

3.17. Arrendamento --Continuação Ativos

de direito de uso--Continuação

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.17. Arrendamento --Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

Para os contratos de arrendamento em que o prazo de recebimento é inferior ao tempo de contrato, a Companhia reconhece uma receita diferida no passivo que representa o montante dos recebimentos antecipados, os quais são reconhecidos no resultado ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Lucro por ação

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

3.19. Mensuração a valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 29.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de

3.19. Mensuração a valor justo--Continuação

mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou opassivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos oupassivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo esignificativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo esignificativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3.20 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3. 20 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-- continuação

Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.21. Pagamento baseado em ações

Executivos (profissionais-chave) são recompensados com direitos sobre a valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa. Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com remuneração baseada em ações. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período em que o serviço é prestado (vesting period) até a data do Evento de liquidez, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo de múltiplos. Mais detalhes são apresentados na Nota 22. A despesa na demonstração do resultado do período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

3.22. Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

3.22. Novos pronunciamentos contábeis--continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos decaixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações edocumentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento deseparadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta(abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente paracontratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

3.22. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seudireito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si uminstrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

b) Provisão para perdas esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia em relação aos últimos 24 meses. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado).

3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas. Para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Recuperabilidade de Impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a realização dos ativos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 18.

4. Eventos especiais ocorridos durante o período

4.1. Efeito do Novo Coronavírus das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD, impactos do aumento de taxas de juros, recuperabilidade dos ativos de longo prazo, realização dos ativos diferidos, aquisições de estoques, entre outros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos ou impactar as operações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras	**32.603**	32.412	**38.465**	36.978
	-	807	**-**	
Total				807
	32.603	33.219	**38.465**	
				37.785

5.2. Investimentos de curto prazo

	Controladora	Consolidado

	2021	**2020**	**2021**	**2020**	
Certificados de depósitos bancários (b)	**298.522**	52.046	**298.522**	52.046	
Total					**298.522**
52.046	**298.522**	52.046			

(b) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) eram remuneradas por uma taxa média de 105% do CDI (105% do CDI em 2020 e 2021) com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

6. Contas a receber

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a receber venda mercadoria	229.536	187.800	231.939	188.803
Contas a receber locação **Contas a Receber bruto**	79.975	43.926	79.975	43.926
Provisão para perdas de crédito esperadas **Total**	**309.511**	**231.726**	**311.914**	**232.729**
	(52.504)	(26.558)	(52.504)	(26.558)
Circulante	**257.007**	**205.168**	**259.510**	**206.171**
161.316				
161.578				
163.719	162.581			
Não circulante	95.691	43.590	95.691	43.590

Movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	(26.558)
Adições	(25.946)
Baixas	-
Em 31 de dezembro de 2021	(52.504)

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	**Consolidado**

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos a vencer	**227.366**	162.498	**229.769**	163.504
Títulos vencidos de - 0 a 30 dias	**12.313**	16.741	**12.313**	16.741
Títulos vencidos de - 31 a 90 dias	**9.352**	15.513	**9.352**	15.513
Títulos vencidos de - 91 a 180 dias	**9.497**	7.124	**9.497**	7.124
Títulos vencidos de - 181 a 270 dias	**10.072**	6.440	**10.072**	6.437
Títulos vencidos de - 271 a 365 dias	**8.147**	13.283	**8.147**	13.283
Títulos vencidos acima de 365 dias	**32.764**	10.127	**32.764**	10.127
Total	**309.511**	**231.726**	**311.914**	**232.729**

6. Contas a receber--Continuação

6.1. Contas a receber de locação e aluguéis mínimos futuros

A Companhia possui como linha de negócios a locação de equipamentos. Tais locações tem prazo médio de 60 meses e os aluguéis mínimos são fixos, sujeitos a reajuste anual conforme índice de inflação.

Os recebimentos mínimos futuros de tais locações estão demonstrados abaixo:

Controladora e Consolidado		
Recebimentos mínimos de locação	**2021**	**2020**
2021	**-**	211.516
2022	**233.885**	101.532
2023	**160.394**	47.482
2024	**106.948**	27.699
2025	**71.143**	11.053
2026	**19.050**	-
Total	**591.420**	399.282

Tais contratos de locação geraram receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$288.930 (R$255.427 em 31 de dezembro de 2020), e estão divulgadas na Nota 25.

A receita a ser reconhecida em períodos futuros relacionada a esses contratos de locação está demonstrada abaixo:

Controladora e Consolidado		
Recebimentos mínimos de locação	**2021**	**2020**
2021	**-**	207.699

2022	**234.321**	107.001
2023	**160.394**	51.267
2024	**106.948**	28.253
2025	**71.143**	13.044
2026	**19.050**	-
Total	**591.856**	**407.264**

Para os contratos em que o prazo de recebimento é inferior ao período de locação, a Companhia reconhece uma receita diferida correspondente aos montantes recebidos em adiantamento, conforme demonstrado na Nota 16.

7. Impostos a recuperar e diferidos

7.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
IRRF a recuperar	**439**	439	**439**	439
IRPJ e CSLL a compensar	**8.663**	3.378	**8.663**	3.378
PIS e COFINS a recuperar (a)	**12.651**	1.991	**12.651**	1.991
ICMS a compensar	**23.122**	13.141	**23.122**	13.141
IPI a compensar	**3.479**	1.324	**3.479**	1.324
PIS e COFINS Diferido	**17**	601	**17**	601
Outros	**93**	11	**639**	1.888
Total	**48.464**	20.885	**49.010**	22.762

(a) Em 17 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu pela Repercussão Geral da RE 574.706 (Tema 69) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS à partir de 15/03/2017. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, apurou o montante de ICMS na base de PIS e COFINS referente ao período de abril de 2017 a maio de 2021, totalizando R$8.595. Tal montante foi reconhecido no período findo em 30 de junho de 2020 na rubrica de outras receitas operacionais. A partir da decisão do STF, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de PIS e COFINS.

7.2. Impostos diferidos

	Controladora e Consolidado	
	2021	**2020**

Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Tributos ativos:		
Provisão para devedores duvidosos	**10.160**	4.981 **436**
Provisão de Deságio na Venda de Crédito Acumulado de ICMS	-	
Provisão de perda por desvalorização de estoque Provisão de remuneração baseada em ações	**3.397**	3.695
Ajuste à valor presente combinação de negócios	**-**	5.006
Ajuste à valor presente contas a receber	**25**	
Provisão para contingências fiscais		60
Provisão Receita Diferida (MAXBR) Derivativos – Swap	**3.416**	
Tributos passivos:		543
Derivativos – Swap	**123**	
Amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Munddo		163
Ativo (Passivo) fiscal diferido. líquido	**75**	
		1.742
	233	-
	-	(688)
	(425)	(271)
	17.440	
		15.231

7. Impostos a recuperar e diferidos—Continuação

7.2. Impostos diferidos--Continuação

7.2.1. Estimativa de realização dos impostos diferidos

	Tributos e contribuições sociais diferidos
2022	**10.074**
2023	**5.859**
2024	**1.507**
Total	**17.440**

8. Estoques

	Controladora	Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas	**13.465**	8.882	**13.465**	8.882
Mercadorias	**113.678**	75.812	**118.472**	80.412
Estoque em trânsito				
Produtos acabados	**72.710**	31.693	**83.057**	31.693
Software para revenda				
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	**38.900**	27.500	**38.900**	27.500
Total	**17.928**	3.455	**17.928**	3.455
	(12.286)	(13.162)	**(12.461)**	(13.162)
	244.395	134.180	**259.361**	138.780

Provisão Obsoletos		
Controladora	**Consolidado**	
Em 31 de dezembro de 2019	**(9.069)**	**(9.069)**
Adições	(14.078)	(14.078)
Reversões	9.984	9.984
Em 31 de dezembro de 2020	**(13.162)**	**(13.162)**
Adições	(9.436)	(9.611)
Reversões	10.312	10.312
Em 31 de dezembro de 2021	**(12.286)**	**(12.461)**

9. Investimento

2021	2020
1.648	1.414
4.679	598
23	497
49	-
6.399	2.509

Controladora

WDC US
WDC Colômbia
WDC Panamá
Franchising

Abaixo demonstramos as principais informações financeiras das controladas:

2021				
Controladas	**Percentual de participação**	**Patrimônio Líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)do exercício**
WDC US	100%	1.648	4.012	128
WDC Colômbia	100%	4.679	18.372	418
WDC Panamá	100%	23	2.500	(496)
Franchising	100%	49	-	(1)
Total		6.399	24.884	49

2020				
Controladas	**Percentual de participação**	**Patrimônio Líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)do exercício**
WDC US	100%	1.414	5.259	503
WDC Colômbia	100%	598	7.921	448
WDC Panamá	100%	497	16.771	(26)
Total		2.509	29.951	925

9. Investimento--Continuação

A movimentação dos investimentos é como segue:

Movimentação de investimentos	**Wdc Usa**	**Wdc Colômbia**	**Wdc Panamá**	**Wdc Franchising**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	706	76	-	-	782
Aumento de capital (e outras reservas)	204	11	520		735
Equivalência patrimonial	503	449	(27)		925
Variação cambial investimento (a)	1	62	4		67
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.414**	**598**	**497**		**2.509**
Aumento de capital	-	3.280	-	50	3.330
Equivalência patrimonial	128	418	(496)	(1)	49
Variação cambial investimento (a)	(238)	(465)	(49)		(752)
Outras variações	344	848	71		1.263
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.648**	**4.679**	**23**	**49**	**6.399**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi gerado um valor de R$ 752 (R$ 67 em 31 de dezembro de 2020) relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), pesos colombianos (COP). Estes efeitos são registrados como" Outros Resultados Abrangentes" no Patrimônio Líquido.

10. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente, nem bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos, exceto pelos bens objeto de arrendamento financeiro.

A Companhia avaliou a vida útil-econômica do ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos ao término de cada exercício uma vez que não ocorreu alteração relevantes nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Abaixo demonstramos a movimentação patrimonial do ativo imobilizado da Companhia:

10. **Imobilizado**--Continuação

	Controladora

10. Imobilizado—Continuação

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2019	**712**	**909**	**553**	**235.666**	**279**	**-**	**1.055**	**239.174**
Adições	97	200	198	191.294	7	563	428	192.787
Baixas	-	(4)	(171)	(723)	-	(1)	1	(898)
Depreciação	(115)	(276)	(185)	(84.628)	(39)	-	(33)	(85.276)
Em 31 de dezembro de 2020	**694**	**829**	**395**	**341.609**	**247**	**562**	**1.451**	**345.787**
Adições	111	503	-	191.802	128	80	79	192.703
Baixas	-	-	(139)	(222)	-	-	-	(361)
Depreciação	(112)	(352)	(95)	(118.187)	(43)	(250)	(31)	(119.070)
Em 31 de dezembro de 2021	**693**	**980**	**161**	**415.002**	**332**	**392**	**1.499**	**419.059**
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	1.381	1.989	943	542.915	420	562	1.624	549.834
Depreciação acumulada	(687)	(1.160)	(548)	(201.306)	(173)	-	(173)	(204.047)
Valor residual líquido	**694**	**829**	**395**	**341.609**	**247**	**562**	**1.451**	**345.787**
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	1.492	2.492	483	699.064	548	641	1.703	706.423
Depreciação acumulada	(799)	(1.512)	(322)	(284.062)	(216)	(249)	(204)	(287.364)
Valor residual líquido	**693**	**980**	**161**	**415.002**	**332**	**392**	**1.499**	**419.059**

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Total
	10%	20%	20%	20%	10%	4%	10%	
	Consolidado							
Taxa anual de depreciação (%)								
Em 31 de dezembro de 2019	**726**	**974**	**553**	**235.666**	**279**	**-**	**1.055**	**239.253**
Adições	110	265	198	191.294	7	563	428	192.865
Baixas	-	(4)	(171)	(723)	-	(1)	1	(898)
Depreciação	(115)	(290)	(185)	(84.628)	(39)	-	(33)	(85.290)
Em 31 de dezembro de 2020	**721**	**945**	**395**	**341.609**	**247**	**562**	**1.451**	**345.930**

Adições 192.739	100	550	-	191.802	128	80	79	
Baixas(361)	-	-	(139)	(222)	-	-	-	
Depreciação(119.103)	(117)	(380)	(95)	(118.187)	(43)	(250)	(31)	
Em 31 de dezembro de 2021	**704**	**1.115**	**161**	**415.002**	**332**	**392**	**1.499**	**419.205**
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo 549.994	1.409	2.121	943	542.915	420	562	1.624	
Depreciação acumulada(204.064)	(688)	(1.176)	(548)	(201.306)	(173)	-	(173)	**Valor**
residual líquido 721 945 395								**341.609**
247 562 1.451 345.930								
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	1.503	2.661	483	699.064	548	641	1.703	706.603
Depreciação acumulada	(804)	(1.541)	(322)	(284.062)	(216)	(249)	(204)	(287.398)
Valor residual líquido	**699**	**1.120**	**161**	**415.002**	**332**	**392**	**1.499**	**419.205**

11. Intangível

	2.645	-	11.441	2.275	2	16.363
	404	29.451	-	-	13	29.868
	(1.272)	(2.869)	(4.121)	-	-	(8.262)
	1.777	26.582	7.320	2.275	15	37.969
	959	33.348	-	-	3	34.310
	(1.446)	(9.334)	(4.650)	-	-	(15.430)
	1.290	**50.596**	**2.670**	**2.275**	**18**	**56.849**

Controladora	**Licenças de software**	**Software para Locação**	**Carteira de clientes**	**Ágio Incorporação (a)**	**Marcas e Patentes**	**Total**
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2019						
Adições						
Amortização						
Em 31 de dezembro de 2020						
Adições						

Consolidado	**Licenças de software**	**Software para Locação**	**Carteira de clientes**	**Ágio Incorporação (a)**	**Marcas e Patentes**	**Total**
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2019	2.647	-	11.441	2.275	2	16.365
Adições	405	29.451	-	-	13	29.869
Amortização	(1.272)	(2.869)	(4.121)	-	-	(8.262)
Em 31 de dezembro de 2020	1.780	26.582	7.320	2.275	15	37.972
Adições	959	33.348	-	-	3	34.310
Amortização	(1.446)	(9.334)	(4.650)	-	-	(15.430)
Em 31 de dezembro de 2021	**1.293**	**50.596**	**2.670**	**2.275**	**18**	**56.852**

(a) Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Munddo.

12. Adiantamento a fornecedores

	Controladora	**Consolidado**

	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores nacionais (a)	**3.747**	7.894	**3.959**	9.068
Adiantamentos a fornecedores internacionais (b)	**69.762**	25.859	**69.762**	25.859
Total	**73.509**	33.753	**73.721**	34.927

(a) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território nacional.

(b) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território estrangeiro.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	**60.518**	61.500	**66.446**	66.205
Fornecedores internacionais **Total**	**132.125**	82.869	**132.998**	82.869
	192.643	144.369	**199.444**	149.074

14. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PLR e bônus	**3.910**	5.738	**3.910**	5.738
Férias e 13º Salário INSS a recolher	**2.632**	2.153	**2.632**	2.153
FGTS a recolher	**710**	711	**710**	711
IRRF	**237**	238	**237**	238
Pagamentos baseados em ações (a)	**685**	612	**685**	612
Outros	**-**	14.723	**-**	14.723
Total	**46**	23	**144**	94
	8.220	24.198	**8.318**	24.269

(a) Os saldos de remuneração variável baseado em ações foram pagos em 31 de agosto de 2021 devido ao evento de liquidez ocasionado pela oferta inicial de ações (IPO) ocorrida em julho de 2021, conforme detalhado na Nota 21.

15. Impostos a recolher

	Controladora	Consolidado

	2021	**2020**	**2021**	**2020**
IRPJ e CSLL a recolher	**708**	5.428	**1.259**	6.964
IPI a recolher	**2**	55	**2**	55
ICMS a recolher				
IRRF	**13**	676	**13**	676
Impostos federais (parcelamento)				
Outros	**65**	34	**65**	34
Total	**243**	467	**243**	467
	468	436	**468**	711
	1.499	7.096	**2.050**	8.907

2021	**2020**	**2021**	**2020**
437	7.982	**437**	7.982
437	7.982	**437**	7.982

16. Receitas diferidas

	Controladora		**Consolidado**	
Receita diferida contratos de locação (a)				
Total				
Circulante	**437**	7.545	**437**	7.545
Não circulante	**-**	437	**-**	437

(a) Receita diferida de locação de arrendamento mercantil operacional, proveniente de contratos de locação de ativos para os quais o prazo de recebimento é inferior ao prazo de locação, que será reconhecida no resultado, conforme demonstrado na nota 6.

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

17.1. Empréstimos gerais

A composição da posição de empréstimos, financiamentos e debentures contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

17.1. Empréstimos gerais--Continuação

a) Empréstimos em moeda nacional

						Controladora e Consolidado			
						2021		2020	
Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco ABC Brasil	set/22	Capital de Giro	CDI + 3,20%	Aval + Duplicatas		3.904	-	-	-
Banco Banco do Brasil	out/24	Capital de Giro	CDI + 2,98% a 3,59%	Imóvel Duplicatas	17.3 (c)	15.692	17.024	26.190	33.011
Banco BBM Bocom	mar/24	Capital de Giro	CDI + 3,90% a 4,50%	Aval + Duplicatas		9.078	9.917	-	-
Banco BNDES	dez/23	Capital de Giro	IPCA + 7,71%	Aval + Duplicatas		-	-	13.333	26.972
Banco BTG	dez/23	Capital de Giro	CDI + 2,45% a 2,85%	Duplicatas		110.459	50.000	13.333	66.698
Banco CCB	abr/24	Capital de Giro	CDI + 2,05% a 4,30%	Duplicatas		12.154	12.800	6.667	11.677
Banco CEF S.A	jun/24	Capital de Giro	CDI + 2,18% a 2,43%	Aval + Duplicatas		18.778	15.915	9.091	10.613
Banco Citi	fev/25	Capital de Giro	CDI + 3,00% a 3,50%	Aval + Duplicatas	17.3 (a)	12.646	25.646	-	-
Banco Daycoval	jul/21	Capital de Giro	14,57%	Aval + Duplicatas		-	-	1.094	164
Banco Santander	mar/23	Capital de Giro	CDI + 2,50% e 10,56%	Aval + Duplicatas		11.696	2.419	27.250	14.380
Banco Votorantim	mar/24	Capital de Giro	CDI + 2,70% a 5,60%	Duplicatas		14.734	11.970	16.144	26.670
						209.141	145.691	113.102	190.185

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17.1. Empréstimos gerais--Continuação

b) Empréstimos em moeda estrangeira

							Controladora e Consolidado			
							2021		2020	
Instituição Financeira	**Vencimento**	**Modalidade**	**Moeda**	**Indexador**	**Garantia**	**Covenants**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Banco ABC Brasil	jul/24	Finimp	Euro	3,00% a 3,65%	Duplicatas		24.932	19.648	24.011	12.609
Banco BBM Bocom	nov/24	Capital de Giro	Dólar	LIBOR + 2,98%	Duplicatas		4.285	8.214	14.449	11.962
Banco Bradesco S.A	mai/24	Capital de Giro	Dólar	3,50%	Duplicatas		18.507	24.000	-	-
Banco Citi	out/22	Capital de Giro	Dólar	LIBOR	Duplicatas	17.3 (a)	13.486	-	23.811	27.570
Banco Votorantim	jul/25	Capital de Giro	Dólar	3,65% a 3,82%	Duplicatas		14.021	30.000	-	-
							75.231	81.862	62.271	52.141

c) Debêntures

						Controladora e Consolidado			
						2021		2020	
Instituição Financeira	**Vencimento**	**Modalidade**	**Indexador**	**Garantia**	**Covenants**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Banco Itaú nov/22	Debêntures	CDI + 1,50%	Aval + Duplicatas	17.3 (b)	17.208	-	18.543	18.359	Banco
Itaú Asset nov/24	Debêntures	CDI + 3,00%	Aval + Duplicatas	17.3 (b)	13.496	24.618	1.111	38.927	
Banco Bradesco S.A	nov/24	Debêntures	CDI + 3,00%	Aval + Duplicatas	17.3 (b)	11.604	17.685	834	29.196
						42.308	42.303	20.488	86.482

	2021	2020
Circulante	**326.680**	195.861
Não circulante	**269.856**	328.808

61

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

17.1. Empréstimos gerais--Continuação

c) Debêntures--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debentures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	357.687
Novas Dívidas	280.989
Encargos financeiros e variação cambial	50.288
Pagamento de juros	(47.051)
Pagamento de principal	(117.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524.669
Novas Dívidas	**275.461**
Encargos financeiros e variação cambial	**48.900**
Pagamento de juros	**(52.454)**
Pagamento de principal	**(200.040)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**596.536**

17.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com estas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

17.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação

a) Citibank, N.A. (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2021.

b) Debentures 1ª Emissão

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,50 vezes em 31 de dezembro de 2021.

(ii) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021.

c) Banco do Brasil (contrato 333.602.663) (i) A relação entre dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2021 (ii) A relação entre EBITDA e resultado financeiro (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 todos os índices financeiros acima foram cumpridos.

18. Arrendamentos mercantis

Controladora e Consolidado			
	2021	**2020**	
Ativo			
Direito de uso do ativo	**3.001**	5.313	
Total	**3.001**	5.313	
Passivo			
Arrendamento de imóveis	**3.072**	**5.431**	
Total	**3.072**	5.431	
Passivo circulante			**2.228**
2.650			
Passivo não circulante	**844**	**2.781**	

As movimentações dos ativos de direito de uso no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.452
Ingressos	3.720
Depreciação	(2.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.313
Ingressos	**813**
Remensuração	**1.438**
Baixas	**(1.760)**
Depreciação	**(2.803)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.001**

As movimentações dos passivos de arrendamento no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.509
Pagamentos	(3.127)
Ingressos	3.720
Encargos	329

Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.431
Pagamentos	**(3.075)**
Baixas	**(1.760)**
Ingressos	**2.251**
Remensuração	**1.438**
Encargos	**225**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.072**

18. Arrendamentos mercantis--Continuação

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Aging Realização			
2022	2.228	2023	556
2024	288		
	3.072		

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a taxa de desconto nominal aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio dos arrendamentos era de 25 meses.

19. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contratos com terceiros (a)	**1.068**	6.774	**1.068**	6.774
Adiantamento de clientes	**14.933**	27.319	**14.933**	27.319
Venda para entrega futura (b)	**13.088**	9.980	**13.088**	9.980
Receita diferida (d)	**2.578**	-	**2.578**	-
Obrigações com terceiros (c)	**1.842**	872	**1.891**	1.152
Total	**33.509**	44.945	**33.488**	45.225
Circulante	**33.509**	44.945	**33.488**	45.225

Não circulante	**-**	-	**-**	
				-

(a) Refere-se a compra de ativos com da Axyon Distribuidora Ltda. com o único intuito de adquirir o direito exclusivo de 100% doscontratos atuais e futuros dos clientes, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações de determinados fornecedores.

(b) O saldo dessa conta e composto em sua totalidade por notas de simples faturamento, que aguardam a definição do cliente sobreo destino da mercadoria (produtos de energia solar). Quando destinada, é gerada a nota de venda futura e reconhecida a receita.

(c) Saldo refere-se a obrigações com terceiros existentes na data-base em que a nacionalização dos softwares/ trâmites aduaneirosestão em andamento.

(d) Projeto Turn Key (Contrato de Fornecimento de Materiais e Construção de Infraestrutura de Backbone de Fibra Óptica)

20. Provisões para demandas judiciais

Contingências classificadas como perdas prováveis

	Controladora e Consolidado	
	Tributárias	**Total**
Em 31 de dezembro de 2019	**556**	**556**
Ingressos	365	365
Baixas	(442)	(442)
Atualização monetária	-	
Em 31 de dezembro de 2020		-
Ingressos	**479**	**479**
Baixas	-	
Atualização monetária		-
Em 31 de dezembro de 2021	(117)	(117)
	-	-
	362	**362**

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários e cíveis.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Tributárias

A Companhia possui discussões judiciais junto a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por possíveis produtos em descumprimento ao que determina a agência reguladora. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 é de R$362 (R$479 em 31 de dezembro de 2020).

20. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Contingências classificadas como perdas possíveis

Controladora e Consolidado				
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2020	**51**	**1.409**	**216**	**1.676**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**564**	**110**	**674**

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de processos classificados como de perda possível totalizavam R$564 (R$1.409 em 31 de dezembro de 2020).
As naturezas dos principais processos tributários eram as seguintes: R$ 121 referente a questionamentos sobre créditos utilizados via Per/comp; R$ 333 referente a pendência na escrituração de notas no livro fiscal; e R$ 110 referente a questionamento de fiscalização estadual a respeito da composição de produto acabado de geração solar.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de processos classificados como de perda possível totalizavam R$110 (R$216 em 31 de dezembro de 2020).
As naturezas dos principais processos cíveis eram as seguintes: R$ 110 referente resolução contratual por rompimento da prestação de serviço.

21. Pagamentos baseados em ações

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chave para participar do plano e a quantidade total a ser distribuída. O plano é classificado como de liquidação em caixa.

O período de vesting do Plano é de quatro anos, contados a partir da entrada do fundo 2B Capital como acionista da Companhia em abril de 2017, ou a data de admissão do profissional, prevalecendo a data que for mais recente (data inicial).

O período de vesting é determinado da seguinte forma:

Período de Vesting		18 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Total
Percentual de Remuneração						
	Variável	25,0%	50,0%	75,0%	100,0%	**100,0% Total** **100,0%**

21. Pagamentos baseados em ações--Continuação

O contrato prevê que o beneficiário adquire direito de receber uma remuneração variável bruta com a passagem do tempo (vesting period) a ser calculada por meio da aplicação de um percentual (a depender do beneficiário), sobre o valor positivo obtido a partir da subtração do valor das ações da Companhia no referido Evento de Liquidez pelo valor da ação da data inicial, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Valor\ da\ Remuneração\ Variável = Percentual\ da\ Remuneração\ Variável\ (a\ depender\ do\ beneficiário) \times (Valor\ de\ Avaliação\ da\ Companhia\ na\ data\ inicial)$$

Define-se como evento de liquidez a alienação a terceiros não acionistas de ações representativas de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social da Companhia. O valor base por ação na data da outorga é atualizado pela variação do IPCA/IBGE desde a data da outorga até a data do evento de liquidez, multiplicado pelo número total de ações de emissão da Companhia nesta mesma data.

Como a liquidação ocorrerá por meio de caixa, o passivo deverá ser mensurado pelo valor justo ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do exercício. O valor justo das ações deve ser mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia (ou preço de mercado estimado, se as ações não forem negociadas publicamente), ajustado pelos termos e condições sob os quais as ações foram outorgadas.

No caso da Companhia, em decorrência de as ações outorgadas estarem sujeitas a termos e condições que não são aplicáveis às ações negociadas no mercado (não observáveis), o valor justo das ações deve ser determinado pela aplicação de modelo de precificação de opções, que estima a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar. A técnica de avaliação deve ser consistente com as metodologias de avaliação generalizadamente aceitas para precificar instrumentos financeiros. Neste sentido, a Companhia aplicou o modelo de precificação de opções “múltiplo do EBITDA”, que considera a premissa de valor histórico do equity e expectativa atual baseada nas informações observáveis do mercado (nível 2) o, e os termos e condições sob os quais os direitos sobre a valorização de ações foram outorgados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido a ocorrência do evento de liquidez (IPO, conforme Nota 22.1.1), a totalidade das parcelas ainda não exercíveis do plano de remuneração baseado em ação se tornaram exercíveis, conforme determinado no regulamento do plano e nos contratos individuais firmados com os beneficiários. Desta forma, a Companhia reconheceu as

despesas totais remanescentes com remuneração baseada em ações no montante de R$7.253 (R$11.424 em dezembro de 2020). Em agosto de 2021, a Companhia efetuou a liquidação do plano de remuneração baseado em ações, tendo sido a totalidade do plano pago aos beneficiários no montante de R$21.088.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 313.298 (R$86.666 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado representado por ações sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021		**2020**	
	Ações ordinárias		**Ações ordinárias (a)**	
Acionista	**Quantidade (em milhares de ações)**	**%**	**Quantidade (em milhares de ações)**	**%**
Vanderlei Rigatieri Junior	**22.908**	**35,61%**	45.815	51,14%
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento	**19.339**	**30,06%**	38.678	43,18%
Francisco Sérgio Day de Toledo	**2.545**	**3,96%**	5.091	5,68%
FIP Multiestratégia Multisetorial PlusInvestimento no Exterior	**6.465**	**10,05%**	-	0,00%
Outros - Free Float	**13.072**	**20,32%**	-	0,00%
Total de ações	**64.329**	**100,00%**	89.584	100,00%

(a) Não considera os efeitos do grupamento de ações, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2021.

22.1.1 Oferta pública inicial de ações - IPO

Em 24 de agosto de 2021, foi realizada Reunião do Conselho de Administração (RCA) que autorizou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 137.200 (cento e trinta e sete mil e duzentas) ações referentes ao lote suplementar no âmbito da oferta pública inicial (IPO).

Em 22 de julho de 2021, foi realizada Reunião do Conselho de Administração (RCA) que autorizou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 19.400.000 (dezenove milhões e quatrocentas mil) ações no âmbito da oferta pública inicial (IPO).

21. Patrimônio líquido--Continuação

22.1.2 Grupamento de ações

Em 15 de fevereiro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que deliberou o grupamento da totalidade das 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e duas) ações ordinárias da Companhia na proporção de 2 (duas) ações para formar 1 (uma) ação, resultando numa nova quantidade de 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e uma) ações ordinárias.

22.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva de R$3.623 (R$ 3.529 em 31 de dezembro de 2020).

22.3. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/1976. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos deliberados para o exercício de 2021:

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.3. Dividendos--Continuação

	2021	2020
Lucro líquido do exercício		
	72.454	70.587
Apropriação da reserva legal	(3.623)	(3.529)
Reserva de Subvenção	(23.825)	(7.435)
Lucro líquido ajustado	45.006	59.623
Destinação		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(11.252)	(14.906)
Reserva de retenção de lucros	(33.754)	(14.901)
Absorção de prejuízos acumulados	-	(29.816)

22.4. Reserva para subvenção de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo no montante de R$4.356 referente ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2024 despacho decisório da Receita Federal nº 129/2015, calculados com base no lucro da exploração, relativamente a Fabricação e Montagem de Equipamentos de Comunicação e Segurança e R$19.469 referente ao incentivo fiscal de crédito presumido de ICMS de produtos adquiridos de importações para revenda no Estado da Bahia.

O resultado obtido com destes benefícios fiscais são reconhecidos como receita ou redução de despesas no resultado do período e transferido para conta de reserva de subvenção no patrimônio líquido.

21. Patrimônio líquido--Continuação

22.5. Reserva de ágio na subscrição de ações

Em 22 de julho de 2021, a oferta pública de distribuição primária de 19.400.000 (dezenove milhões e quatrocentas mil) novas ações de emissão da Companhia (“Oferta Primária”), ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), ao preço de R$23,20 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R$450.080. O valor de R$ 225.040 será destinado como aumento da conta de capital social da Companhia, e o montante de R$ R$225.040 será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

Em 24 de agosto de 2021, houve a fixação do preço emissão das ações ordinárias de R$ 23,20 (vinte e três reais e vinte centavos): (a) o valor de R$ 11,60 (onze reais e sessenta centavos) sendo destinado a conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$1.591 em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando R$1.591;

22.6. Reserva de retenção de lucros

A Companhia constituiu Reserva de retenção de lucros sobre o montante do lucro líquido do exercício não distribuído nos termos do § 4º (Artigo 202 da Lei nº 6.404), e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

22.7. Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	72.454	70.587	72.454	70.587
Média ponderada das ações no exercício	53.451	44.792	53.451	44.792
Lucro básico por ação - (em reais)	1,3555	1,5759	1,3555	1,5759

(a) Em conexão com Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovado o grupamento de ações, conforme divulgado na Nota 22.1. Desta forma, a média ponderada das ações em circulação foi ajustada e está refletindo os efeitos do grupamento de ações para todos os períodos apresentados.

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes dos tributos	**93.903**	**90.948**	**94.306**	**91.280**
Despesa referente ao IRPJ e CSLL sobre o lucro à alíquota de (34%)	(31.927)	(30.922)	(32.064)	(31.035)
Adições / (Exclusões) sobre as Diferenças Permanentes:				
Despesas Indedutíveis	(2.088)	(1.093)	(2.088)	(1.093)
Apropriação das receitas diferidas (MAXBr)	700	3.595	700	3.595
Crédito Presumido ICMS	6.619	-	6.619	-
Outros (AVP, equivalência patrimonial e outros)	49	24	(217)	(195)
Benefícios Fiscais (SUDENE/PAT)	5.198	8.035	5.198	8.035
Imposto de Renda corrente e Contribuição social corrente	(23.658)	(25.982)	(24.061)	(26.314)
Imposto de Renda diferido e contribuição social diferido	2.209	5.621	2.209	5.621
Alíquota Efetiva do IR/CS	**22,84%**	**22,39%**	**23,17%**	**22,67%**

24. Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração dos Administradores e partes relacionadas

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários foram registradas nas rubricas de despesas gerais e administrativas.

	2021	2020
Remuneração da diretoria executiva (fixa)	**3.653**	2.984
Bônus por desempenho (variável) Remuneração baseada em ações	**2.180**	1.744
Total	**7.253**	2.982
	13.086	7.710

24. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores e partes relacionadas--Continuação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

Transações com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com a Companhia, as quais foram realizadas em preços e condições negociados entre as partes, são como segue:

(Controladora)	**2021**	**2020**
Ativo		
Mútuo partes relacionadas – Colômbia (a)	**4.299**	3.991
Aporte Panamá (AFAC) (a)	**6.067**	-
Total	**10.366**	3.991

Passivo	**2021**	**2020**
Remuneração Avalistas (b)		
Total	**232**	309
	232	309

Resultado	**2021**	**2020**
Remuneração Avalistas (b) Total		
	3.979	4.148
	3.979	4.148

(a) Contrato de mútuo com partes relacionadas efetuados na subsidiária Colômbia e Panamá.

(b) Contrato dos diretores Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, como garantidores/Avalistas de obrigações assumidas pela companhia.

Além das transações listadas acima, a Companhia possui:

(a) Contrato de locação com partes relacionadas junto a PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda:

24. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Transações com partes relacionadas--Continuação

	2021			2020		
Modalidade	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Locação Imóvel	**147**	**150**	**510**	**557**	**600**	**480**
Locação Empilhadeira	**252**	**260**	**206**	**112**	**117**	**117**
	399	**410**	**716**	669	717	597

As locações não possuem previsão contratual para aplicação de juros, sendo reajustados apenas nas renovações ou mediante aditivos. As transações são realizadas em condições acordadas entre as partes. Os contratos estão abrangidos pela norma IFRS 16, e portanto, os montantes são apresentados nas rubricas de Arrendamentos Mercantis e Direito de uso (nota 19). A PDV não é consolidada na Companhia.

(b) Transações de compra e venda de produtos e adiantamento em caixa entre a Livetech e sua controlada Livetech Panama:

			2021	**2020**
Ativo Adiantamento a Fornecedores	**-**	12.885		
Passivo				
Fornecedores			**6.244**	17.180

Os montantes acima são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras.

25. Receita de contrato com cliente

	Controladora	**Consolidado**

	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas	**952.395**	595.683	**975.509**	608.975
Receita bruta de locação	**288.930**	255.427	**288.930**	255.427
Receita bruta	**1.241.325**	851.110	**1.264.439**	864.402
(-) Impostos sobre o faturamento	**(175.481)**	(133.703)	**(175.682)**	(133.794)
(-) Devoluções	**(22.102)**	(12.542)	**(22.175)**	(12.563)
Receita líquida	**1.043.742**	704.865	**1.066.582**	**718.045**

26. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo de mercadorias vendidas	**(595.728)**	(361.993)	**(613.365)**	(371.681)
Depreciação e amortização	**(128.223)**	(84.613)	**(128.223)**	(84.614)
Custos de importação e frete	**(24.053)**	(12.958)	**(24.053)**	(12.958)
Custos com pessoal	**(3.124)**	(3.371)	**(3.124)**	(3.371)
Provisão para obsolescência de estoques Serviços prestados pessoa jurídica	**877**	(4.093)	**877**	(4.093)
Outros custos	**(1.603)**	(996)	**(1.603)**	(996)
	(2.231)	(1.331)	**(2.231)**	(1.334)
Custos Totais	**(754.085)**	(469.355)	**(771.722)**	(479.047)

27. Despesas por natureza

	Controladora	Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Pessoal	**(57.723)**	(52.696)	**(58.808)**	(53.023)
Frete e armazenagem	**(23.701)**	(18.282)	**(24.177)**	(18.743)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(25.945)**	(14.675)	**(25.949)**	(14.675)
Marketing e publicidade	**(1.476)**	(892)	**(1.476)**	(892)
Representação comercial Viagens e estadias	**(19.229)**	(6.414)	**(19.500)**	(6.417)
Despesas tributárias	**(1.238)**	(688)	**(1.238)**	(688)
Serviços prestados pessoa jurídica	**2.660**	2.178	**2.660**	2.178
Depreciação e amortização Conservação e reparo				
Despesas de consumo	**(20.628)**	(5.545)	**(21.318)**	(5.942)
Crédito de PIS e COFINS	**(9.126)**	(11.787)	**(9.159)**	(11.803)
Outras receitas/despesas operacionais	**(2.241)**	(1.603)	**(2.241)**	(1.603)
	(2.932)	(2.243)	**(4.522)**	(3.500)
	8.547	-	**8.547**	-
	(3.180)	(595)	**(3.180)**	(595)
	(156.212)	(113.242)	**(160.361)**	(115.703)
Despesas com pessoal	**(57.723)**	(52.696)	**(58.808)**	(53.023)
Despesas comerciais	**(71.589)**	(40.951)	**(72.340)**	(41.415)
Despesas administrativas	**(27.094)**	(15.154)	**(27.817)**	(15.567)
Outras despesas operacionais	**194**	(4.441)	**(1.396)**	(5.698)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	

	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras	**94.768**	51.020	**94.846**	51.301
Variação cambial	**36.287**	25.132	**36.352**	25.413
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	**33.515**	16.575	**33.515**	16.575
Juros ativos	**12.175**	8.723	**12.188**	8.723
Rendimentos de investimento de curto prazo	**11.192**	265	**11.192**	265
Outras receitas financeiras	**1.599**	325	**1.599**	325
Despesas financeiras	**(134.359)**	(83.265)	**(135.039)**	(83.316)
Variação cambial	**(41.476)**	(21.300)	**(41.479)**	(21.351)
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	**(20.468)**	-	**(20.468)**	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**(52.901)**	(50.288)	**(52.901)**	(50.288)
Remuneração avalistas Descontos concedidos	**(3.979)**	(4.148)	**(3.979)**	(4.148)
IOF e IR sobre empréstimos	**(419)**	(866)	**(420)**	(866)
Despesas bancárias	**(2.253)**	(4.435)	**(2.253)**	(4.435)
Ajuste a valor presente – AVP contas a receber e fornecedores	**(1.740)**	(1.263)	**(2.392)**	(1.263)
Outras despesas financeiras	**(8.344)**	**(45)**	**(8.344)**	**(45)**
Resultado Financeiro	**(2.779)**	(920)	**(2.803)**	(920)
	(39.591)	(32.245)	**(40.193)**	(32.015)

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade em conta corrente disponíveis para utilização imediata através de contas garantidas, empréstimos bancários derivativos e mútuos com partes relacionadas.

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência dessas transações, a Companhia está exposta ao risco de dívidas referenciadas em CDI.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de compras de mercadorias com fornecedores estrangeiros, as quais se espera que ocorram dentro do período de 12 meses desde a realização da compra até a quitação da invoice do fornecedor.

b) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou opassivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivosidênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo esignificativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Quando aplicável, os avaliadores externos serão envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com a administração e respectiva aprovação dela recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. A administração decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

b) Mensuração do valor justo--Continuação

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como seus respectivos valores de mercado, estão divulgados a seguir:

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

	Valor contábil	Valor justo

	Hierarquia de valor justo	Classificação	2021	2020	2021	2020	
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	**38.465**	37.785	**38.465**	37.785	
Investimentos de curto prazo Contas a receber, líquidas	Nível 1	Custo amortizado	**298.522**	52.046	**298.522**	52.046	
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Custo amortizado	**259.410**	206.171	**259.410**	206.171	
Total	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**15.571**	14.210	**15.571**	14.210	
Passivo (Circulante e não circulante)			**611.968**	310.212	**611.968**	310.212	
Fornecedores							
Empréstimos e financiamentos							
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Custo amortizado	**199.444**	149.074	**199.444**	149.074	
Passivo de Arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	**596.536**	524.669	**596.536**	524.669	
Partes relacionadas							
Outras obrigações							
Total	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**7.175**	-	**7.175**	-	**839.947** 724.708
							839.947 724.708
	Nível 2	Custo amortizado	**3.072**	5.431	**3.072**	5.431	
	Nível 2	Custo amortizado	**232**	309	**232**	309	
	Nível 2	Custo amortizado	**33.488**	45.225	**33.488**	45.225	

--Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

b) Mensuração do valor justo--Continuação

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2021.

b.1) *Exposição ao risco de moeda estrangeira*

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de derivativos (swap) que consistem em converter para US$ o fluxo de caixa de certas dívidas em R$ referentes a contratos de empréstimos e financiamentos, com taxas indexadas principalmente ao CDI. Basicamente, o Swap prevê um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora), ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. Nestas operações de Swap, a Companhia paga taxas fixas em US$ e recebe remuneração em R$ atrelada às taxas de juros das dívidas protegidas. A taxa média de câmbio considerada para o dólar na data base de 31 de dezembro de 2021 foi obtida na Bloomberg, no valor de R$5,5703.

		2021		
		Valor justo		
Contratos	**Valor referência**	**Ajuste a receber**	**Ajuste a pagar**	**Posição líquida**
SWAP	184.130	162.116	(153.720)	
				8.396
		Ativo		10.971

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Passivo (2.575)

		2020		
		Valor justo		
Contratos	**Valor referência**	**Ajuste a receber**	**Ajuste a pagar**	**Posição líquida**
SWAP	65.035	58.925	(44.715)	14.210

Ativo 6.122 8.088 Passivo

c) Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Consolidado								
	Em 31 de dezembro de 2020	**Pagamento dividendos**	**Pagamento de**	**Pagamento de juros**	**Variação cambial e/ou juros principal**	**Novos contratos de dívida**	**Dividendo mínimo obrigatório**	**Integralização de capital**	**Em 31 de dezembro de 2021 passivos**
Empréstimos e financiamentos	524.669		(268.439)	64.845	-	275.461	-	-	596.536
Dividendos a pagar	15.006	(15.006)	-	-	-	-	11.252	-	11.252
Capital social	86.666		-	-	-	-	-	210.925	297.591

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos bem como as operações com risco na taxa de juros classificados em equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras (Banco Central), foi obtida a projeção da moeda estrangeira, CDI e Libor para cada uma das transações analisadas, sendo

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Para cada cenário foi apresentado a seguir o novo saldo contábil considerando a taxa de stress:

d) Análise de sensibilidade--Continuação

			Projeção Receitas Financeiras				
Consolidado (Valores em R$/mil)	**Taxa de Juros**	**31/12/2021**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário Provável**	**Cenário III**	**Cenário IV**
			-50%	**-25%**	**2,75%**	**25%**	**50%**
Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo	CDI	336.987	4.634	6.950	9.267	11.584	13.901
Empréstimos, financiamentos e debêntures:							
Banco do Brasil	CDI	(32.715)	(1.919)	(2.878)	(3.837)	(4.797)	(5.756)
Banco BTG	CDI	(160.459)	(3.634)	(5.451)	(7.268)	(9.085)	(10.903)
Banco CCB	CDI	(24.954)	(905)	(1.358)	(1.811)	(2.263)	(2.716)
Banco CEF S.A	CDI	(34.693)	(979)	(1.468)	(1.958)	(2.447)	(2.937)
Banco Itaú Unibanco	CDI	(16.271)	(769)	(1.154)	(1.539)	(1.924)	(2.308)
Banco Itaú Asset	CDI	(39.052)	(1.433)	(2.150)	(2.867)	(3.583)	(4.300)
Banco Bradesco	CDI	(29.289)	(171)	(256)	(342)	(427)	(512)
Banco Bradesco	CDI	(42.507)	(236)	(354)	(472)	(590)	(709)
Banco Santander	CDI	(14.116)	(1.139)	(1.708)	(2.278)	(2.847)	(3.416)
Banco Votorantim	CDI	(70.725)	(2.398)	(3.597)	(4.796)	(5.994)	(7.193)
Banco ABC Brasil	CDI	(48.484)	(2.106)	(3.158)	(4.211)	(5.264)	(6.317)
Banco BBM Bocom	CDI	(31.494)	(1.302)	(1.953)	(2.604)	(3.255)	(3.906)
Banco Citi	CDI	(51.777)	(2.265)	(3.397)	(4.529)	(5.662)	(6.794)
SWAP - Banco ABC	Euro / CDI	3.088	1.587	2.380	3.173	3.966	4.760
SWAP - Citibank	Libor / Dólar / CDI	3.206	1.647	2.470	3.294	4.117	4.941
SWAP - Bocom	Dólar / CDI	318	164	245	327	409	491
SWAP - Votorantim	Dólar / CDI	134	69	103	137	172	206
SWAP - Bradesco	Dólar / CDI	1.650	848	1.271	1.695	2.119	2.543
Subtotal		(588.140)	(14.941)	(22.413)	(29.886)	(37.355)	(44.826)
Cenários de Variações de Indexadores:							
(i) Dólar			5,58	2,87	4,30	5,73	7,17	8,60
(i) Euro 6,32	3,25	4,87	6,49	8,12	9,74		
(ii) CDI 0,04	0,02	0,03	0,05	0,06	0,07		
(iii) LIBOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

(*) As operações de empréstimos em moeda estrangeira possuem proteção (*hedge*) contratados junto aos mesmos bancos através de *swap* cambial.

29. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Fontes: (i) Dólar - PTAX Banco Central do Brasil; (ii) CDI - B3 Brasil Bolsa Balcão; (iii) IPCA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

e) Gestão de Capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.
A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	2021	**2020**		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**596.536**			
(-) Caixa e equivalentes de caixa		524.669		
(-) Investimento de curto prazo	**(38.465)**			
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos		(37.785)		
Dívida Líquida	**(298.522)**			
Patrimônio líquido		(52.046)		
Capital total (patrimônio líquido e dívida líquida)	**(8.396)**	(14.210)		
Índice de alavancagem financeira %	**251.153**		29%	76%
		420.628		
	629.470			
		129.959		
	880.623			
		550.587		

30. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos: Telecom e Corporativo.

Os segmentos possuem diferentes dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e modelos de negócios. O segmento de Telecom engloba o mercado de internet banda larga fixa, incluindo produtos de fibra ótica e FTTH (*fiber to the home*), redes de dados, *wi-fi*, dentre outros. O segmento Corporativo engloba o mercado de consumo B2B (empresas), incluindo produtos de segurança eletrônica, cyber segurança, infraestrutura de data centers, automação predial e residencial, áudio e vídeo profissional, painéis de LED, geradores de energia fotovoltaico, dentre outros.

As informações dos segmentos da Companhia (rubricas do Consolidado) estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Telecom		**Corporativo**		**TOTAL**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	**360.331**	308.869	**615.178**	300.106	**975.509**	608.975
Receita Bruta TaaS (Locações Diferidas)	**241.562**	218.857	**47.368**	36.570	**288.930**	255.427
Receita Bruta, com diferimento	**601.893**	527.726	**662.546**	336.676	**1.264.439**	864.402
(-) Impostos sobre Faturamento	**(89.209)**	(81.239)	**(86.473)**	(52.555)	**(175.682)**	(133.794)
(-) Devoluções	**(9.184)**	(5.810)	**(12.991)**	(6.753)	**(22.175)**	(12.563)
Receita Líquida	**503.500**	440.677	**563.082**	277.368	**1.066.582**	718.045
Custo das vendas	**(326.791)**	(270.234)	**(444.931)**	(208.813)	**(771.722)**	(479.047)
Lucro bruto	**176.710**	170.443	**118.150**	68.555	**294.860**	238.998
Despesas operacionais	**(64.105)**	(57.957)	**(96.256)**	(57.746)	**(160.361)**	(115.703)
Resultado financeiro	**(36.153)**	(26.686)	**(4.040)**	(5.329)	**(40.193)**	(32.015)
Lucro líquido antes dos impostos	**76.452**	85.800	**17.854**	5.480	**94.306**	91.280
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(17.068)**	(18.771)	**(4.784)**	(1.922)	**(21.852)**	(20.693)
Lucro líquido do exercício	**59.384**	67.029	**13.070**	3.558	**72.454**	70.587
% sobre Receita Líquida	**11,79%**	15,21%	**2,32%**	1,28%	**6,79%**	9,83%

30. Informações por segmento--Continuação

Contas patrimoniais por segmento

	Telecom		Corporativo		Total	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a Receber. Líquidas Estoques	**175.244**	152.875	**84.166**	53.296	**259.410**	206.171
Imobilizado	**110.721**	52.116	**148.640**	86.664	**259.361**	138.780
Outros Ativos	**325.759**	263.944	**93.446**	81.986	**419.205**	345.930
Total do Ativo	**276.991**	118.115	**276.869**	102.314	**553.860**	220.429
Fornecedores	**888.715**	587.050	**603.121**	324.260	**1.491.836**	911.310
Empréstimos e Financiamentos						
Receita Diferida	**112.852**	79.815	**86.592**	69.259	**199.444**	149.074
Outros Passivos e Patrimônio Líquido	**463.561**	392.890	**132.975**	131.779	**596.536**	524.669
	437	7.982	**-**	-	**437**	7.982
Total do Passivo + PL	**397.064**	148.265	**298.355**	81.320	**695.419**	229.585
	973.914	628.952	**517.922**	282.358	**1.491.836**	911.310

a) *Informações sobre concentração de clientes*

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui qualquer cliente que represente individualmente 10% ou mais das vendas consolidadas da Companhia. Analisando individualmente os segmentos, temos: (i) no segmento Telecom, um cliente representou 6,9% do total do segmento (3,6% do consolidado); e (ii) no segmento Corporativo, um cliente representou 4,6% do total do segmento (2,2% do consolidado). b)

Informações geográficas

	Subsidiarias no país		Subsidiarias no exterior	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita liquida	**1.043.742**	704.865	**22.840**	13.180
Ativo não circulante	**607.639**	456.521	**205**	145

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros abrange a Matriz fabril estabelecida no Polo Industrial de Ilhéus e Filial comercial estabelecida em São Paulo, capital.

A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
Danos materiais	148.792	119.948
Responsabilidade Civil	25.320	12.841
Outros	577	729

32. Eventos subsequentes

Em julho de 2021, a Companhia optou por realizar uma oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação (“IPO”), nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), em vez de realizar uma oferta pública inicial registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM 400. Como consequência dessa opção, nos termos do artigo 15, parágrafo 3º da Instrução CVM 476, a negociação das ações no mercado secundário da B3 passou a ser restrita e exclusivamente entre investidores qualificados.

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 21 de janeiro de 2022, foi aprovada realização de nova oferta pública de distribuição primária de 334.002 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), emitidas pela Companhia, a ser realizada na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), ao preço de R$ 13,75 por ação, perfazendo o montante total de R$ 4.592.527,50, com encerramento em 16 de fevereiro de 2022.

A Oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo e, dessa forma, a Companhia espera aumentar a liquidez e o volume de negociação das ações em bolsa, buscando capturar mais valor aos seus acionistas e ao mercado em geral.

ANEXO D: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria Estatutário da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno.

Conforme o seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria Estatutário: I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia; II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia; IV. avaliar e monitorar as exposições de Riscos da Companhia; V. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria Estatutário foi eleito e instalado em 16 de fevereiro de 2021, com um membro independente do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do Comitê, e dois membros independentes adicionais, de caráter externo. Desde a sua instalação até o presente momento, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se sete vezes para a execução de suas atividades, tendo sido facultado a seus membros o livre acesso

aos órgãos da Companhia, bem como aos seus executivos, além de contar, sempre que necessário, com a presença de representantes dos Auditores Independentes.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultados, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 9 de março de 2022.

Flavio Cesar Maia Luz
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Luiz Alberto de Castro Falleiros
Roberto Vertamatti
Membros do Comitê de Auditoria Estatutário

ANEXO E: REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEÇÃO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (ri.wdcnet.com.br) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, este último quando e se instalado, é, ou será, em se tratando dos membros do Conselho Fiscal, coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Conforme informado no item (v) abaixo, na data deste Formulário de Referência, tal como nos exercícios sociais findos em 2019, 2020 e 2021, três membros do conselho de administração renunciaram à sua remuneração para o presente exercício social, qual seja, exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentarias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxilio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Os membros externos que integram os Comitês de Assessoramento, especificamente o Comitê de Auditoria, faz jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes

ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2019, 2020 e 2021):

Exercício 2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	00,00%	00,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	31,74%	18,48%	49,77%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	3,73%	1,11%	95,26%	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	00,00%	00,00%	100,00%

Exercício 2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	63,46%	36,54%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	76,51%	23,49%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	62,49%	37,51%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	87,17%	12,83%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.
A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão, a permanência de nossos executivos, e o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, tal como nos exercícios sociais findos em 2019, 2020 e 2021, três membros do conselho de administração renunciaram à sua remuneração para o presente exercício social, qual seja, exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros.

Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return on Equity* – ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: analisamos nossa performance e o desempenho de nossa Diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incorporar elementos de alinhamento aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, os resultados de curto prazo (anuais) alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere tanto ao pagamento da remuneração fixa, quanto ao pagamento da remuneração variável, composta por eventual participação nos lucros do exercício (nos casos dos Diretores Estatutários).

No médio/longo prazo, a remuneração variável e remuneração baseada em ações refletem não apenas metas de desempenho individuais, mas também o atingimento de metas de desempenho financeiro pela própria Companhia, garantindo alinhamento à estratégia de crescimento de longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Determinados Diretores e outros colaboradores que exercem cargos de gestão na Companhia, celebraram contratos com a Companhia que preveem o recebimento de uma remuneração extraordinária mediante a ocorrência de um evento de liquidez (alteração do controle societário ou realização de oferta pública inicial de ações da Companhia), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de janeiro de 2019 e aditado conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021. O valor da remuneração que os colaboradores fizeram jus foi calculado com base na variação do valor histórico das ações de emissão da Companhia (em abril de 2017 ou no momento que o colaborador passou a trabalhar na Companhia) e o valor das ações na data da ocorrência do evento de liquidez.

Em agosto de 2021, após a conclusão da oferta pública inical de ações da Companhia, foi pago o valor de R$ 20,4 milhões aos Diretores e colaboradores que haviam celebrado o contrato com a Companhia, sendo que, deste valor, R$15,5 milhões já estavam provisionados pela Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos seus membros e dos Diretores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3,75	-	**8,75**
Nº de membros remunerados	2	3,75	-	**5,75**
Remuneração fixa anual	-	**-**	-	**-**
Salário ou pró-labore	480.000,00	5.035.472,93	-	**5.515.472,30**
Benefícios direto e indireto	-	401.252,60	-	**401.252,60**
Participações em comitês	-	-	-	**-**
Outros	96.000,00	1.849.384,83	-	**1.945.384,83**
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	**-**

Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	2.654.550,00	-	**2.654.550,00**
Participação de resultados	-	231.000,00	-	**231.000,00**
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	**R$ 576.000,00**	**R$ 10.171.660,36**	-	**R$ 10.747.660,36**

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Remuneração fixa anual	-	-	-	564.802,67
Salário ou pró-labore	480.000,00	3.768.629,90	-	4.248.629,90
Benefícios direto e indireto	-	277.809,28	-	277.809,28
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	96.000,00	1.305.475,89	-	1.401.475,89
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	2.143.075,51	-	2.143.075,51

Participação de resultados	-	51.000,00	-	51.000,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R$ 576.000,00	R$ 7.545.990,58	R$ •	R$ 8.121.990,58

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2020 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3

Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	3.041.530,00	-	**3.041.530,00**
Benefícios direto e indireto	-	342.956,40	-	**342.956,40**
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	1.032.755,87	-	**1.032.755,87**
Descrição de outras remunerações fixas	-	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	1.870.552,00	•	**1.870.552,00**
Participação de resultados	-	1.614.690,40	•	**1.614.690,40**
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	R$ 7.902.484,67	R$ •	R$ 7.902.484,67

Remuneração total no Exercício encerrado em 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	2.905.817,67	-	2.905.817,67
Benefícios direto e indireto	-	336.230,52	•	336.230,52

Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	1.015.166,72	-	**1.015.166,72**
Descrição de outras remunerações fixas	-	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	2.111.605,00	•	**2.111.605,00**
Participação de resultados	-	1.564.802,00	•	**1.564.802,00**
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-

Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	R$ 7.933.621,91	R$ •	R$ 7.933.621,91

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3,75	-	8,75
Nº de membros remunerados	0	3,75	-	3,75
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	2.654.550,00	-	2.654.550,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	2.654.550,00	-	2.654.550,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido

Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	231.000,00	•	231.000,00
Remuneração baseada em ações	-	0,00	•	0,00

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	2.143.075,51	-	2.143.075,51
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	2.143.075,51	-	2.143.075,51
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	51.000,00	•	51.000,00

Remuneração baseada em ações	-	5.909.135,03	•	5.909.135,03

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus			-	
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.870.552,00	-	1.870.552,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.870.552,00		1.870.552,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00

Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.614.690,40		1.614.690,40
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.614.690,40		1.614.690,40

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2019:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	2.111.605,00	-	2.111.605,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		2.111.605,00		2.111.605,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00

Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	-	1.564.802,00	-	1.564.802,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.564.802,00	-	1.564.802,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Em 15 de fevereiro de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), administrado pelo Conselho de Administração.

O Plano destina-se aos nossos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia ("Beneficiários").

O Conselho de Administração, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações para a organização e administração do Plano e para a remuneração baseada em ações.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de Opções outorgadas, a distribuição de tais Opções entre os Beneficiários, o Preço de Exercício, as regras de *vesting*, eventuais restrições de negociação *(lock up*), a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa.

A administração da Companhia, não prevê, no presente momento, a realização de qualquer outorga no âmbito do Plano. Ademais, a administração da Companhia ainda não avaliou quais serão as condições dos Programas a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Ações tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhamento dos interesses dos executivos com os dos atuais e futuros acionistas e retenção de executivos estratégicos para a empresa.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor,

bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano tem como objetivo a remuneração dos Beneficiários e visa estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais e dos interesses de nossos acionistas.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

f. Número máximo de ações abrangidas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Favor referir-se ao item "f" acima.

h. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das opções de Ações serão definidas pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê) no momento de aprovação dos Programas. O Contrato de Outorga estabelecerá o número de Opções a serem outorgadas ao Beneficiário, conterá os demais termos e condições da outorga de Opções e poderá estabelecer outorgas com base no tempo e/ou em performance, conforme o Programa aprovado pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, restituição de capital ou outro provento em dinheiro que seja pago acionistas, o preço de exercício será ajustado no dia em que a Ação passar a ser negociada "EX" no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do preço de exercício, sendo a liquidação feita com títulos "EX".

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras distintas às contidas no Plano para fins de determinação do preço de exercício, bem como estabelecer, no momento da outorga das opções, condições adicionais de *vesting*, incluindo condições vinculadas ao desempenho da Companhia e/ou metas de performance.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, corresponderá ao preço por ação fixado para as novas ações da Companhia emitidas no âmbito de sua oferta pública de Ações. No caso dos Programas subsequentes, corresponderá ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, o *vesting* das opções ocorrerá em uma parcela única, mediante o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data de outorga.

Mediante a ocorrência do *vesting*, conforme estabelecido no Plano, nos Programas que venham a ser estabelecidos e nos Contratos de Outorga, as respectivas opções tornar-se-ão maduras e poderão ser exercidas pelos Beneficiários.

k. Forma de liquidação

Para liquidação dos exercícios das opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas Ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) alienar Ações mantidas em tesouraria.

As opções não conferem quaisquer direitos de acionista da Companhia até a sua liquidação e efetiva aquisição/subscrição de Ações pelo Beneficiário.

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações adquiridas com o exercício das opções de compra, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações, sendo que tais condições deverão estar previstas nos Programas e/ou Contratos de Opção.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há eventos de suspensão do Plano. Quaisquer alterações e a extinção do Plano dependerão de deliberação da Assembleia Geral.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário ou por justa causa, o Beneficiário terá o direito de exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de *vesting* já tenha transcorrido). Todas as opções que ainda não tenham se tornado maduras estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de Desligamento sem justa causa, o Beneficiário terá o direito de (i) exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de *vesting* já tenha transcorrido); e (ii) manter um número pro rata de opções que não estejam maduras,

proporcional ao prazo de *vesting*. A mesma solução se aplicará em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

13.5. - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração vairável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Atualmente, não existem opções em aberto detidas pelo conselho de administração e/ou pela diretoria estatutária. O plano existente, tal como mencionado no item 13.5., supra, já foi liquidado e encerrado.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração vairável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

As informações fornecidas nos itens 13.5 a 13.7 supra tratam do plano de remuneração variável atribuída a Diretoria Estatutária da Companhia em 2019, e liquidadas no exercício social findo em 2021.

O contrato previu que o beneficiário adquiriria o direito de receber uma remuneração variável bruta com a passagem do tempo (vesting period) a ser calculada por meio da aplicação de um percentual (a depender do beneficiário), sobre o valor positivo obtido a partir da substração do valor das ações da Companhia no referido Evento de Liquidez pelo valor da ação na data inicial (ingresso do fundo 2B Capital), de acordo com a seguinte fórmula:

Valor da Remuneração Variável = Percentual da Remuneração Variável (a depender do Beneficiário) x (Valor da Avaliação da Companhia – Valor Base).

O evento de liquidez se materializou com o IPO da Companhia, por meio de caixa e, neste contexto, o passivo fo mensurado pelo valor justo ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, sendo que as mudanças no valor justo foram reconhecidas no resultado do período. O valor justo das foi mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia, ajustado pelos termos e condições sob os quais as ações foram outorgadas.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Verificar resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação. Pagamento ocorreu com a liquidação em recursos financeiros.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Verificar resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Verificar resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Verificar resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

31/12/2021	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração [1]	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	22.933.400	35,65%
Diretoria			2.605.792	4,05%
Conselho Fiscal			0	0%
Total			25.539.192	39,70%

[1] Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração

13.11 -Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3	3	3	5	4	4	-	-	-
Nº de membros remunerados	3	3	3	2	0	0	-	-	-
Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.772.786,74	3.648.824,04	3.497.459,04	220.000,00	-	-	-	-	-
Valor da menor remuneração individual (Reais)	855.802,67	1.482.525,96	1.480.256,40	220.000,00	-	-	-	-	-
Valor médio da remuneração individual (Reais)	1.987.568,47	2.634.161,56	2.644.540,64	220.000,00	-	-	-	-	-

Observação:	
31/12/2021	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2020	Os membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2019	Os membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 -Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3	3	3	5	4	4	-	-	-
Nº de membros remunerados	3	3	3	2	0	0	-	-	-
Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.772.786,74	3.648.824,04	3.497.459,04	220.000,00	-	-	-	-	-
Valor da menor remuneração individual (Reais)	855.802,67	1.482.525,96	1.480.256,40	220.000,00	-	-	-	-	-
Valor médio da remuneração individual (Reais)	1.987.568,47	2.634.161,56	2.644.540,64	220.000,00	-	-	-	-	-

Observação:	
31/12/2021	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2020	Os membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2019	Os membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

A Companhia mantém contratada apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	43%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [1]	65%
Conselho Fiscal	0%

[1] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária [(1)]	63%
Conselho Fiscal	0%

[(1)] Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 13 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais, relevantes e cabíveis da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

ANEXO F: ANEXO 9-1-II DA ICVM 481

Nos termos do Art. 9º, §1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da ICVM 481, destacamos o seguinte:

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1 - Informar o lucro líquido do exercício:

R$ 72.453.532,97 (setenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Montante global no valor de R$ 11.251.531,49 (onze milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos). O valor dos dividendos por ação é de: R$ 0,1740024516005374.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o lucro líquido na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação ao percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 15,52930689336956%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

(R$ milhões, exceto%)	2021	2020	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	72.454	70.587	19.977	28.057
Média Ponderada das ações no exercício	53.451	44.792	44.792	44.792
Lucro Básico por ação - (em reais)	1,3555	1,5759	0,4460	0,6264
Dividendos	11.252	15.006	4.896	6.575
Dividendo Básico por ação - (em reais)	0,2105	0,3350	0,1093	0,1468

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A - O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

R$ 11.251.531,49 (onze milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos), aplicável as ações ordinárias de emissão da Companhia.

B - A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da AGO, podendo o prazo para pagamento ser prorrogado até o fim do exercício social de 2022. A data de pagamento será informada por meio de aviso aos acionistas.

C - Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

D - Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos será a data da AGO, qual seja, 29 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(R$ milhões, exceto%)	2021	2020	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	72.454	70.587	19.977	28.057
Média Ponderada das ações no exercício	53.451	44.792	44.792	44.792
Lucro Básico por ação - (em reais)	1,3555	1,5759	0,4460	0,6264
Dividendos	11.252	15.006	4.896	6.575
Dividendo Básico por ação - (em reais)	0,2105	0,3350	0,1093	0,1468

Obs: somente ações ordinárias (Companhia integrante do Novo Mercado).

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(R$ milhões, exceto%)	2021	2020	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	72.454	70.587	19.977	28.057
Média Ponderada das ações no exercício	53.451	44.792	44.792	44.792
Lucro Básico por ação - (em reais)	1,3555	1,5759	0,4460	0,6264
Dividendos	11.252	15.006	4.896	6.575
Dividendo Básico por ação - (em reais)	0,2105	0,3350	0,1093	0,1468

Obs1: somente ações ordinárias (Companhia integrante do Novo Mercado).
Obs2: não ocorreu a distribuição de juros sobre o capital próprio nos últimos exercício sociais, conforme constante no quadro acima.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R$ 3.622.676,65 (três milhões, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro, a Companhia constituiu reserva no valor mencionado no item 8 "a", acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, Após realizadas as deduções prejuízos acumulados e aprovisão para o imposto de renda e contribuição social, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinto por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

21 Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

22 Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção
Não Aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não Aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R$ 23.824.730,37 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta reais e trinta e sete centavos).

b. Explicar a natureza da destinação

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo no montante (milhões) de R$ 4.356 referente ao incentivo fiscal de redução de 75% (senta e cinco por cento) do imposto de renda até o ano calendário de 2024, despacho decisório da Receita Federal nº 129/2015, calculados com base no lucro da exploração, relativamente à Fabricação e Montagem de Equipamentos de Comunicação e Segurança, e o montante (milhões) de R$ 19.469 referente ao incentivo fiscal de crédito presumido de ICMS de produtos adquiridos de importação para revenda no Estado da Bahia.

O resultado obtido com estes benefícios fiscais são reconhecidos como receita ou redução de despesas no resultado do período e transferido para conta de reserva de subvenção no patrimônio líquido.